

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

KLENIO DA SILVA VANDERLEY

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO NORMAL MÉDIO: A PERCEPÇÃO DE
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
LITORAL SUL - PE**

**JUIZ DE FORA
2015**

KLENIO DA SILVA VANDERLEY

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO NORMAL MÉDIO: A PERCEPÇÃO DE
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA GERÊNCIA REGIONAL DE
EDUCAÇÃO LITORAL SUL - PE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Professor Dr. Marcos Tanure Sanábio

JUIZ DE FORA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

KLENIO DA SILVA VANDERLEY

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO NORMAL MÉDIO: A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO LITORAL SUL - PE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da Banca Orientador(a): Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio

Membro da Banca externa: Prof. Dr. Marcus Bessa de Menezes

Membro da Banca Interna: Prof^a Dr^a Marcia Cristina da Silva Machado

Juiz de Fora, janeiro de 2015.

Dedico à minha mãe Jeanette da Silva Vanderley (*in memoriam*), ao meu pai Enoque Vanderley, à minha esposa Valdijane Matias Ramos Vanderley e às minhas filhas Shayenne Eduarda Ramos Vanderley e Suyanne Vandressa Ramos Vanderley.

AGRADECIMENTOS

Ao único Deus, a Ele seja o louvor, a honra e a glória. Pois sem Ele nada do que foi feito existiria.

Agradeço à minha mãe, Jeanette da Silva Vanderley (*in memorian*), e ao meu pai, Enoque Vanderley, por sempre terem me conduzido ao caminho do conhecimento. Mãe, ainda lembro aquele dia que me ensinaste as primeiras letras de forma surpreendente. Saudades!

Agradeço à minha esposa, Valdijane Matias Ramos Vanderley, pelo apoio e compreensão, e às minhas filhas, Shayenne Eduarda Ramos Vanderley e Suyanne Vandressa Ramos Vanderley, razões da minha insistência em estar na Educação.

Ao Ex-Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Professor Anderson Gomes, e à Ex-Secretária Executiva da Gestão de Rede, Professora Margareth Zaponni, pois eles foram o motivo de termos a oportunidade de ingressar neste Mestrado. Ao atual Secretário de Educação, Ricardo Dantas Wanderley, à Secretária Executiva de Desenvolvimento de Ensino, Professora Ana Selva, e ao Secretário Executivo da Gestão da Rede, João Sharamba, pelo apoio e por darem continuidade a esta oportunidade única. Ao Gestor da GRE Litoral Sul, Professor Jorge de Lima Beltrão, às técnicas da GEPEM da SEE/PE, aos gestores e professores das unidades escolares campo da pesquisa.

Agradeço de maneira muito especial a vocês, meu orientador Professor Dr. Marcus Tanure Sanábio pela compreensão e por ter podido conhecer uma pessoa tão competente e especial. Às minhas queridas ASAS, ou melhor “anjas”, Carla Machado e Carolina Magaldi, por terem me dado todo o suporte para que eu concluísse mais essa etapa da minha vida, pela força, e por não medirem esforços na orientação desta pesquisa, que constantemente nos lembrava do compromisso que temos com a educação brasileira.

Agradeço ainda aos professores que lecionaram neste Mestrado, a todos os ASAS, ao Núcleo de Orientação e aos coordenadores do Mestrado, pois seria injusto citar uns e outros não, que durante esses quatro anos contribuíram para a construção de minha identidade. Vocês estarão presentes em minha memória, pela luta e pela formação crítica/reflexiva que vocês me proporcionavam.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação/reflexão.”

Paulo Freire.

RESUMO

A presente dissertação analisou o curso de formação docente em nível médio, Curso Normal Médio, em seis escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, jurisdicionadas à Gerência Regional de Educação – GRE, Litoral Sul. Justifica-se a investigação, considerando a experiência do autor tanto como professor do Curso Normal Médio, quanto como Analista Educacional na GRE Litoral Sul, desde 2008, sendo o último cargo até a data da realização da pesquisa. Esse estudo é importante para Gerência Regional de Educação Litoral Sul, pois vem revelar o andamento do curso Normal Médio, seus desafios e possibilidades. A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia qualitativa, o método estudo de caso, as entrevistas e a pesquisa documental em seis escolas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o gestor da GRE Litoral Sul, gestores e professores de prática pedagógica de cada unidade escolar, além da análise documental e revisão bibliográfica. A partir do suporte teórico respaldado em Luckesi (2000), Pimenta (1997, 2002, 2005, 2006), Freire (1996, 2003), Gatti (2000), Veiga (2006), Santiago (1998), Sacristán (2000), Silva (2000), Libâneo (2005), Luck (2000) e Guimarães (2004). Foi estruturado um plano de ação para o fortalecimento do Curso Normal Médio, a partir de lacunas reveladas no estudo proveniente da formação continuada para os professores formadores, acervo de livros nas bibliotecas específicos para a formação de professores; quantidades de escolas que ofertam esse curso no mesmo município, adequação do acompanhamento do curso por uma coordenação, recurso financeiro, divulgação e esclarecimentos a comunidade e coordenador de curso com um perfil adequado, com aplicabilidade na GRE Litoral Sul, quanto em toda rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Curso Normal Médio; Formação de Professores, Professor de Práticas Pedagógicas; Educação Básica, Pernambuco

ABSTRACT

The present dissertation analyzed the teacher training course on high school level, in six schools of the Educational State Network of the State of Pernambuco, linked to the Regional Educational Management (GRE, in Portuguese) of the South Coast. The study is justified considering the author's experience as a teacher on such course, as well as an Educational Analyst at the GRE South Coast, since 2008, holding such position until this research was conducted. This study is important Regional Management of the South Coast, as it reveals the processes of the teacher training course on high school level, its challenges and possibilities. The research was developed based on qualitative methodology, the study case method, interviews and documental research in six schools. Semi structured interviews were conducted with technicians of the Education Secretariat of the State of Pernambuco, the manager of the GRE South Coast, managers and pedagogical practice teachers of each school unit, besides documental analysis and bibliographical research. As theoretical support we utilized works by Luckesi (2000), Pimenta (1997, 2002, 2005, 2006), Freire (1996, 2003), Gatti (2000), Veiga (2006), Santiago (1998), Sacristán (2000), Silva (2000), Libâneo (2005), Luck (2000) and Guimarães (2004). An educational action plan was structured to strengthen the Teacher Training course on high school level, from the gaps revealed in the study related to the continuing training of the training teachers, books specific to teacher training on the libraries, amount of schools that offer such course on the same town, adequacy of the course follow-up by the oversight coordination, financial resources, disclosure and communication with the community and course coordinator with a suitable profile, applicable at the GRE South Coast, as well as to the entire educational state network.

Keywords: Teacher training course on high school level; Teacher training; Pedagogical practices teacher; K-12 education; Pernambuco

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDE – Bônus de Desempenho Educacional

GRE – Gerência Regional de Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEPE – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OTMs - Orientações Teóricas Metodológicas

PPE – Pacto Pela Educação

ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco

SEE/PE – Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gerências Regionais de Educação de Pernambuco.....	26
Figura 2: Curricular do Curso Normal, PE.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de turmas do curso Normal Médio por região brasileira .	20
Gráfico 2: Diagnóstico do Normal Médio em Pernambuco	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sujeitos da Pesquisa	48
Quadro 2: Resumo da Proposta da Nova Competência do Professor de Prática Pedagógica do Curso Normal Médio.....	72
Quadro 3: Resumo da Proposta da Formação Continuada	75
Quadro 4: Resumo da Proposta da Formação Continuada: Acervo de Livros..	76
Quadro 5: Resumo da Proposta de Organização do Curso Normal Médio em polos.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – NÚMERO DE MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO NO BRASIL.....	20
Tabela 2: TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO POR ESCOLAS	36
Tabela 3: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA PROFESSOR JOAQUIM AUGUSTO NORONHA FILHO	37
Tabela 4: QUANTIDADE DE ALUNOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA HÉLIO SANTIAGO RAMOS	37
Tabela 5: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO TAMANDARÉ	38
Tabela 6: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA JOAQUIM SILVÉRIO PIMENTEL.....	38
Tabela 7: QUANTIDADE DE ALUNOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – EREM DR. JAIME MONTEIRO.....	39
Tabela 8: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PENHA.....	40

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
INTRODUÇÃO	14
1 O CURSO NORMAL MÉDIO NA GERÊNCIA REGIONAL LITORAL SUL - BARREIROS.....	17
1.1 Curso Normal Médio: Uma abordagem histórica	17
1.2 Formação de Professores na Escola Normal: Contextualização no Brasil	21
1.3 O Curso Normal Médio em Pernambuco	25
1.4 Política Pública e a Formação de Professores no Curso Normal Médio no Estado de Pernambuco	28
1.5 O Programa Ensino Médio Inovador no contexto do Curso Normal Médio	33
1.6 O Curso Normal Médio na Gerência Regional Educação – Litoral Sul - PE	35
1.7 O Papel do Professor de Prática Pedagógica no Curso Normal Médio	42
2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	45
2.1 Metodologia do Estudo.....	45
2.1.1 Escolha do Método de Pesquisa.....	45
2.1.2 O Campo do Estudo e os Sujeitos envolvidos na Pesquisa.....	47
2.1.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	49
2.1.4 Tratamento dos Dados.....	49
2.2 Curso Normal Médio: O que pensam os sujeitos da educação sobre a formação de professores.....	50
2.3 O Currículo do Curso Normal Médio <i>versus</i> a realidade vivenciada ...	55
2.4 Gestão Escolar: Desafios e dificuldades no Curso Normal em nível Médio	58

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: NOVOS CAMINHOS PARA O CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	67
3.1 Proposta do Professor de Prática Pedagógica como coordenador do curso Normal Médio	69
3.2. Proposta de Formação Continuada	73
3.3 Proposta de Organização do Curso Normal Médio por Polos.....	77
3.4 Considerações Finais	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELO CURSO NORMAL MÉDIO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO.	86
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR DA REGIONAL.	88
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DA UNIDADE ESCOLAR.....	89
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO NORMAL MÉDIO.	90

INTRODUÇÃO

O Curso Normal Médio tem uma longa história de contribuições para a educação brasileira. Essa política de formação de professores está amparada pela LDB 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 em seu artigo 62 e pela Resolução CEB Nº 2, de 19 de abril de 1999, que institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e em nível médio, na modalidade Normal.

No estado de Pernambuco, essa política é efetivada principalmente nas escolas estaduais e em sua minoria na rede privada e municipal. Na Gerência Regional de Educação do Litoral Sul existem seis escolas estaduais que oferecem o curso Normal Médio tanto do 1º ao 4º ano quanto em dois anos no aproveitamento de estudos (para os alunos concluintes do Ensino Médio). Essas escolas funcionam nos municípios de Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso e Gameleira.

Essa política de formação mínima do professor atende ao público que irá atuar na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental devido a pouca oferta de vagas em universidades públicas, principalmente no interior do estado, e à demanda dos municípios.

Diante do exposto, percebe-se que a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco vem por meio de suas Gerências Regionais, neste caso a Gerência Regional Litoral Sul – Barreiros, atuar para gerir, monitorar e acompanhar as políticas do estado, incluindo a política de formação de professores da modalidade Normal.

A nossa experiência de Analista em Gestão Educacional da Unidade de Gestão da Rede da GRE – Litoral Sul nos possibilitou perceber esse curso Normal Médio e sua contribuição tanto para os municípios quanto para a formação de professores.

Em meio à essa realidade, a nossa ação enquanto analistas da regional proporcionou uma reflexão crítica sobre a formação de professores em nível médio na modalidade Normal, investigando a gestão dessa política e sua efetivação dentro das unidades escolares.

Dito isto, surge o problema: Como a Gerência Regional de Educação está gerindo a formação de professores em nível médio, na modalidade normal?

Tais discussões nos levaram a projetar como objetivo geral: Compreender o Curso Normal em Nível Médio de formação de professores na Gerência Regional de Educação – Litoral Sul no Estado de Pernambuco, e como objetivos específicos deste estudo:

- ✓ Analisar a formação de professores das séries iniciais da educação básica do curso Normal Médio numa Gerência Regional de Educação da rede estadual de ensino de Pernambuco;
- ✓ Verificar o currículo do Curso Normal em nível médio;
- ✓ Propor para a gestão da rede mecanismos de fiscalização, monitoramento e orientações, a fim de contribuir para o fortalecimento e a qualidade da formação docente em nível médio.

Para tanto, o presente trabalho é estruturado em quatro partes. A Introdução faz uma contextualização e explicita a importância da temática e a formatação da dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. No capítulo 1, abordaremos a história do curso Normal Médio no Brasil e a formação de professores; também trataremos do referido curso no Estado de Pernambuco, as políticas públicas e o curso Normal em nível Médio; bem como da contribuição do Programa Ensino Médio Inovador no curso Normal Médio; o curso Normal Médio na Gerência Regional de Educação Litoral Sul e finalizaremos com o papel do professor de prática pedagógica.

No capítulo 2 abordaremos a metodologia do estudo, a escolha do método da pesquisa, o campo e os sujeitos envolvidos na pesquisa, o instrumento utilizado para a coleta e o tratamento dos dados. Em seguida, observaremos o referencial teórico e a análise das entrevistas à luz do objeto de estudo que é o curso Normal em nível Médio de formação docente. Deste modo, investigamos o que pensam os sujeitos da educação sobre a formação de professores, sobre o currículo do curso Normal Médio e sobre a realidade vivenciada. Por último, analisaremos a gestão escolar, abrangendo os desafios e as dificuldades do curso supracitado.

No terceiro capítulo abordaremos o Plano de ação educacional, propondo novos caminhos para o curso Normal Médio no Estado de Pernambuco. Fazem parte do trabalho as referências utilizadas e os apêndices.

1 O CURSO NORMAL MÉDIO NA GERÊNCIA REGIONAL LITORAL SUL - BARREIROS

O curso normal médio é uma política de formação de professores em nível médio que, mesmo com a expansão das universidades, não está extinto no Brasil. Sabe-se que com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº: 9394 de 1996, esse curso perdeu espaço e prestígio para a formação superior. A LDB 9394/96, em seu artigo 62, preconiza que, para atuar na educação básica, o docente deve ter formação de nível superior. No entanto, no mesmo artigo, admite a formação de nível médio, como formação mínima para lecionar na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica.

A Gerência Regional de Educação – Litoral sul - GRE do município dos Barreiros é uma das regionais pertencentes à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que mantém o curso Normal Médio (Formação de Professores em nível médio). Das 19 escolas que fazem parte de sua jurisdição, sete escolas possuíam este curso, autorizadas por meio de portaria da Secretaria de Educação, sendo que duas delas passaram a ser integrais. A legislação determina que essas escolas não devem manter o ensino médio regular, tampouco o normal médio.

Atualmente, existem apenas seis escolas da regional supracitada que oferecem o referido curso. Essas escolas são objeto da nossa pesquisa, em que será analisada essa política de formação de professores em nível médio na rede estadual de ensino de Pernambuco e sua implementação por meio de uma Gerência Regional de Educação nas unidades escolares.

1.1 Curso Normal Médio: Uma abordagem histórica

A trajetória histórica do Curso Normal Médio está enraizada na construção da educação no Brasil, que, no seu início, esteve atrelada às relações de poder constituídas pela instituição eclesial (Igreja Católica).

Essa instituição, através das missões dos jesuítas, buscava expandir a doutrina católica como forma de difundir o catolicismo. Nesse período, a docência era um privilégio de poucos, pois era uma tarefa peculiar dos padres jesuítas.

A questão da formação de professores começou a ser fortemente debatida no século XIX com a criação das primeiras Escolas Normais, que disponibilizava um curso de formação de professores para o primário, hoje, séries iniciais da educação básica.

A esse respeito, afirma Lelis (1996, p.38):

A preocupação com a formação do magistério para o ensino primário esteve presente desde o Império, embora pouco tenha sido feito em termos de iniciativas concretas que de fato atacassem a questão da qualificação do professor primário. Data de 1835 a fundação da primeira escola normal (em Niterói), tendo sido criadas mais quatro até a metade do século.

Em meio a essas discussões históricas, os estados passaram a assumir a responsabilidade pela Escola Normal, porém a qualidade na formação não foi assumida com relevância, visto que a efetivação da Escola Normal, enquanto centro de formação de professores primários se constituiu de maneira fragmentada – disciplinas de cunho geral tiveram mais ênfase do que as de formação pedagógica.

De acordo com Lourenço Filho (2001), o então Diretor de Instrução do Distrito Federal, em 1917, professor Afrânio Peixoto, discordando dessa fragmentação nas Escolas Normais, reagiu rigorosamente contra essa concepção de formação de professores:

Em sua reforma dessa época, separou o curso da Antiga Escola Normal em dois ciclos: um preparatório, outro propriamente profissional, desenvolvendo a escola de aplicação, para maior eficiência da prática escolar (LOURENÇO FILHO, 2001, p.22).

Pode-se dizer que, já no início do século passado, havia uma preocupação com a fragmentação do saber ou a dicotomia entre a teoria e a prática da Escola Normal. Houve avanços, nos quais existia a possibilidade de um estreitamento entre a teoria e prática, mas não foram suficientes para

possibilitar uma formação de qualidade, visto que as disciplinas profissionais continuavam em menor evidência em relação às de cunho gerais.

Em 1928, iniciou-se uma nova postura, graças à reforma liderada por Fernando Azevedo com o objetivo de discutir a implementação de um ensino que fosse destinado às camadas populares, porém em relação à qualidade dos cursos nada foi feito, a desvalorização das disciplinas profissionais continuou, como enfatiza Lourenço Filho (2001, p. 21):

(...) A brevidade do curso, o exíguo preparo dos alunos, por ocasião da matrícula inicial, nas escolas normais, e a inadequação dos processos de ensino, principalmente nas matérias de cunho técnico, têm impedido que essa preparação se tenha podido fazer de modo cabal. As matérias de cunho profissional, na maioria das escolas, têm-se limitado as duas ou três, enquanto as de ensino propedêutico, dadas de mistura com essas, têm sido dez ou doze, absorvendo o tempo e as preocupações do estudante, que não as pode distinguir nem hierarquizar.

Fica claro que mesmo nesta época havia uma fragmentação na formação de professores em nível médio, levando os pensadores da época a questionarem tal formação. Outros aspectos também foram importantes para a construção histórica do Curso Normal, e com a Lei orgânica do ensino normal, o mesmo passa a ser equivalente ao 2º ciclo secundário, o que ressalta Lelis (1996, p.41):

Durante todo o período de redemocratização, entretanto, permaneceu em vigor a legislação que nele tivera origem no Estado Novo – leis orgânicas -, com a única diferença de que pela LDBEN promulgada em 1961, o ensino normal, como os demais ramos do ensino técnico-profissional, todos passam a ser equivalentes ao 2º ciclo secundário, e como tais possibilitaram aos seus concluintes o acesso aos cursos de nível superior mediante exame de complementação.

Com a promulgação da LDBEN em 1961, a política de formação de professores primários não sofreu grandes mudanças, principalmente na solução de problemas antigos, como é o caso da transmissão de culturas gerais, empobrecimento de disciplinas pedagógicas e o distanciamento entre teoria e prática. Mais adiante iremos perceber mudanças significativas nas aprovações das LDBs de 1971 e 1996.

No Brasil, segundo dados do Censo no ano de 2011, existia um total de 164.574 matriculados no Curso Normal Médio que foram distribuídos em todas as regiões, por turmas e municípios, conforme tabela 1:

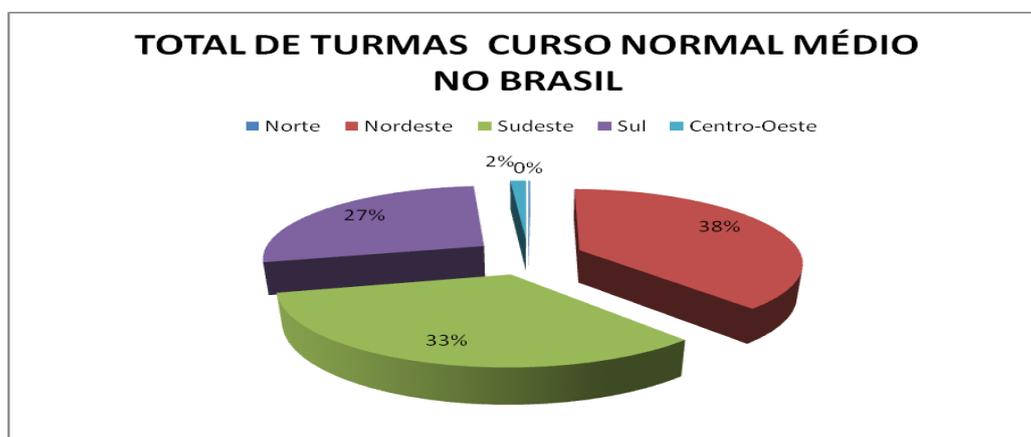
Tabela 1 – NÚMERO DE MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO NO BRASIL

REGIÃO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE MATRÍCULAS
Norte	02	02	109
Nordeste	475	388	62.206
Sudeste	413	339	59.456
Sul	340	311	41.459
Centro-Oeste	17	13	1.344
TOTAIS NO BRASIL	1.247	1.053	164.574

Fonte – Censo-INEP/2011

Percebe-se que a região norte possui o menor número de turmas: apenas 02 (duas) em dois municípios com 109 matrículas. A região nordeste vem liderando o *ranking* de matrículas com um total de 62.206, distribuídas em 475 turmas em 388 municípios, seguida pela região sudeste com 59.456 matrículas, distribuídas em 413 turmas, em 339 municípios. O Gráfico 1 demonstra o percentual dessas turmas por região.

Gráfico 1: Percentual de turmas do curso Normal Médio por região brasileira



Fonte – Censo – INEP/2011

O gráfico mostra a distribuição de turmas por região, evidenciando o maior número de matriculados na região Nordeste, com 38% das turmas no Brasil. A região Sul conta com 27% do total, a região Sudeste com 33%, a região Centro-Oeste com 2% e a região Norte com 0%, com apenas duas turmas.

1.2 Formação de Professores na Escola Normal: Contextualização no Brasil

A formação de professores é um dos pontos mais importantes no tocante à qualidade da educação brasileira, sendo discutido por vários pensadores de diversas concepções. Por isso a questão se faz presente nos mais atuais debates nas academias e nos sistemas de ensino de todo o país. Tomando como ponto de partida a trajetória histórica, tendo em vista as discussões levantadas por concepções diversas, as questões de formação de professores no Brasil estiveram presentes desde as primeiras pesquisas realizadas nas décadas finais do século passado; abordadas por sociólogos e institutos de educação que buscavam refletir a postura e as propostas criadas para a construção dos profissionais docentes da Escola Normal.

Segundo Pimenta (2005), pesquisadores da USP, sociólogos e outros da área, inauguraram, nos anos 1960, pesquisas sobre a formação de professores, sendo seguidos por órgãos oficiais do governo federal, como é o caso do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Nesse período, foram produzidas importantes pesquisas e publicações referentes à formação de professores primários da Escola Normal. Todas as reflexões elaboradas nessa década e nos anos subsequentes embasaram as propostas construídas ao longo do tempo por concepções que se pautavam na postura do professor como um mero transmissor de conhecimento, consequência de uma formação fragmentada e pragmática.

Nos últimos 30 anos, algumas mudanças nos aspectos sociopolíticos; econômicos; cultural e educacional foram ocorrendo no país. Essas transformações proporcionaram reformas educativas nos sistemas

educacionais de ensino, já que exigências constitucionais mais consolidadas passaram a vigorar. Temos como exemplo o aumento das discussões nas universidades de educação e nas reflexões dos profissionais da educação acerca do acesso à educação e da qualidade da educação. A esse respeito podemos ressaltar que a questão da formação do professor está diretamente ligada à proposta da qualidade da educação, visto que ela deve estar inserida num conjunto de ações e políticas que visem à qualidade da escola, da sociedade e da melhoria do ensino, como afirma Freitas (2005, p.14):

[...] a formação de professores não pode estar desarticulada de uma política de melhoria da qualidade do ensino. A meta de que os alunos possam ser sujeitos da sua própria formação implica construir um objetivo idêntico para o processo de formação dos professores, uma vez que o educador só pode dar sua tarefa por realizada quando ele coloca seu trabalho a serviço da aprendizagem de todos os alunos.

Nesse contexto, afirmar que a formação dos professores está vinculada à qualidade do ensino é propor uma reflexão e reestruturação na forma de conceber a questão. É, portanto, compreender que ela está ligada seja a essa formação nos níveis médio e /ou superior, seja às questões sociopolíticas do nosso país.

Com essa compreensão, configura-se uma nova postura nas escolas de formação de professores, como diz Pimenta (2005, p. 32):

No que se refere à formação de professores, inúmeras foram as transformações ocorridas na então Habilitação Magistério, tendo surgido alternativas que caminhavam na direção de tornar a formação mais diretamente voltada aos problemas que era necessário que os professores tivessem sólida formação teórica para que pudessem ler, problematizar, analisar, interpretar e propor alternativas aos problemas que o ensino, enquanto prática social, apresenta nas escolas.

Ainda a esse respeito nos diz Guimarães (2004, p.18):

[...] é urgente que as instituições que formam professores se dêem conta da complexidade da formação e da atuação conseqüentes desse profissional. Além do conhecimento seguro da disciplina que ensina, da compreensão e de certa segurança para lidar com a mediação do processo ensino-

aprendizagem, das convicções a serem desenvolvidas em relação ao caráter ético-valorativo da sua atividade docente, vão se agregando outras habilidades afirmadas como necessárias ao desenvolvimento adequado de sua atividade profissional.

Contudo, pensar na construção desse profissional é, ao mesmo tempo, conduzir uma análise profunda das práticas de formação de professores difundidas por várias Escolas Normais no Brasil. A Resolução do CEB que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Nível Médio na modalidade Normal preconiza as capacidades que os professores devem desenvolver com a formação de ensino médio. O artigo 2º preconiza:

[...] das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e médio, deverão preparar professores capazes de:

II- investigar problemas que se colocam no cotidiano escolar e construir soluções criativas mediante reflexões socialmente contextualizadas e teoricamente fundamentadas sobre a prática.

III- desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserção do aluno futuro professores e dos estudantes da escola campo de estudo no mundo social, considerando abordagens condizentes com as suas identidades e o exercício da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade socioeconômica, das diversidades culturais, étnicas de religião e de gênero, nas situações de aprendizagem (1999, p. 115).

Com isso, pode-se analisar que o Curso Normal deve ter uma política de formação ampla, com finalidades que visem preparar o futuro professor com as capacidades básicas para lecionar nas séries iniciais da educação básica e na educação infantil. É o que afirma Gatti (2000, p.47):

Um curso que tem finalidades profissionalizantes deve assegurar a formação e ao desenvolvimento de um conjunto de habilidades nos alunos, que lhe permitam iniciar sua carreira de trabalho com no mínimo de condições pessoais de qualificação. No caso dos cursos de formação de professores em nível médio, a capacidade básica a ser desenvolvida seria a de ensinar, subsidiada pelas habilidades de compreender os alunos situadamente, selecionar e utilizar procedimentos de ensino, elaborar e utilizar procedimentos de avaliação de interação com as crianças, de estabelecimentos de objetos contextualizados.

É essa a proposta estabelecida para a prática da formação de docentes na Escola Normal, pois a questão central está na relação estabelecida entre a teoria e a prática. Por outro lado, o que apontam as pesquisas recentes é que existe uma redução da instrumentação pedagógica (Gatti, 2000), visto que, na maioria das vezes, essa proposta é apenas para constar nos documentos oficiais das escolas.

Nas Escolas Normais, existentes em todo o nosso país, contata-se uma precariedade no preparo dos alunos futuros docentes, como afirma Gatti (2000, p. 46): “o funcionamento das escolas e cursos no país: não há projetos, não há metas compartilhadas, não há direção competente”. Os problemas são e estão estruturados há muitos anos. Existem também questões referentes à forma como o professor está conduzindo sua práxis, assim como a sua compreensão das concepções e da totalidade da proposta do curso. Outro ponto discutido por Gatti (2000, p. 46) é que:

Os professores deste curso não têm clareza sobre suas concepções de educação, resvalando pela ideia do ecletismo, não conseguindo expressar articuladamente uma perspectiva ou proposta de trabalho. Isto mostra a falta de uma tomada de posição face à formação de educadores, e de uma perspectiva compartilhada que norteie o desdobramento do currículo em sua prática.

Estas questões levantadas por pesquisadores apontam para uma “Fragmentação na Formação de Professores”. Pimenta (2006, p.65) afirma: “O curso não forma adequadamente porque é fraco teórica e praticamente”. Isto é, não possibilita a formação de um profissional para atuar na “prática social”. Sendo a sua causa alguns pontos como: professores sem a mínima condição de formação pedagógica; escolas sem um projeto, ou seja, sem uma proposta pedagógica que contemple as discussões sobre a formação de professores no curso normal; a inexistência de uma reflexão contextualizada da formação teórico/profissional e prática/profissional desses futuros docentes.

Essas discussões levantadas a respeito da formação de professores na escola normal possibilitam refletir sobre a ênfase na relação estabelecida entre a teoria e a prática na formação desses profissionais docentes.

1.3 O Curso Normal Médio em Pernambuco

Em Pernambuco, o curso Normal em nível Médio foi importante para a qualidade da educação e passou por grandes mudanças. Mudanças essas que foram motivadas pela sociedade brasileira, que exigia uma Lei educacional para legitimar seus anseios.

Diante disso, em 1971, surge a LDB Lei Nº. 5692/71, que propunha uma nova estrutura, de encontro às ideias defendidas nos anos 1960 e subsequentes. Desta forma, o Curso Normal se transformou em uma das habilitações profissionais do 2º grau, perdendo sua identidade de única instituição formadora de professores primários.

Em Pernambuco a situação não foi diferente, e a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, teve que se adequar à nova Lei e deslocar o ensino Normal para o 2º grau. Sobre esta reestruturação do Curso Normal Médio, Santiago (1990, p.35, grifo do autor) explica:

Reestruturado o sistema educacional, a partir de 1972, forçado pela Lei nº. 5.692/71, o ensino passa a ser oferecido nos níveis de 1º. e 2º. graus e no ensino superior. Em consequência, o ensino Normal é deslocado para o 2º. grau, recebe a denominação de *habilitação de formação para o magistério de 1ª. a 4ª. Série*, e de uma estrutura simples passa por um processo de reforma administrativa dos seus serviços com uma organização mais hierarquizada e complexa.

Esse modelo, além de enfraquecer o Curso Normal no Brasil, tornando-o uma habilitação do 2º grau, propiciou em Pernambuco seu declínio de central de “formação de regentes, professores, orientadores, supervisores e administradores destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento dos conhecimentos relativos à educação da infância” (SANTIAGO, 1990, p. 35), para uma simples habilitação do 2º grau. Com isso, fortaleceu as licenciaturas plenas nos Institutos Superiores de Educação, bem como trouxe as reformas administrativas e organizações hierarquizadas e complexas nas escolas Normais de formação de professores primários.

Refletir sobre a abordagem histórica do Curso Normal significa pensar nas mudanças estruturais de cunho econômico, político e social ocorridas no Brasil, é tratar das transformações nas leis educacionais que contribuíram

diretamente na constituição do entendimento e na aplicação dos cursos de formação de professores primários, hoje séries iniciais da educação básica.

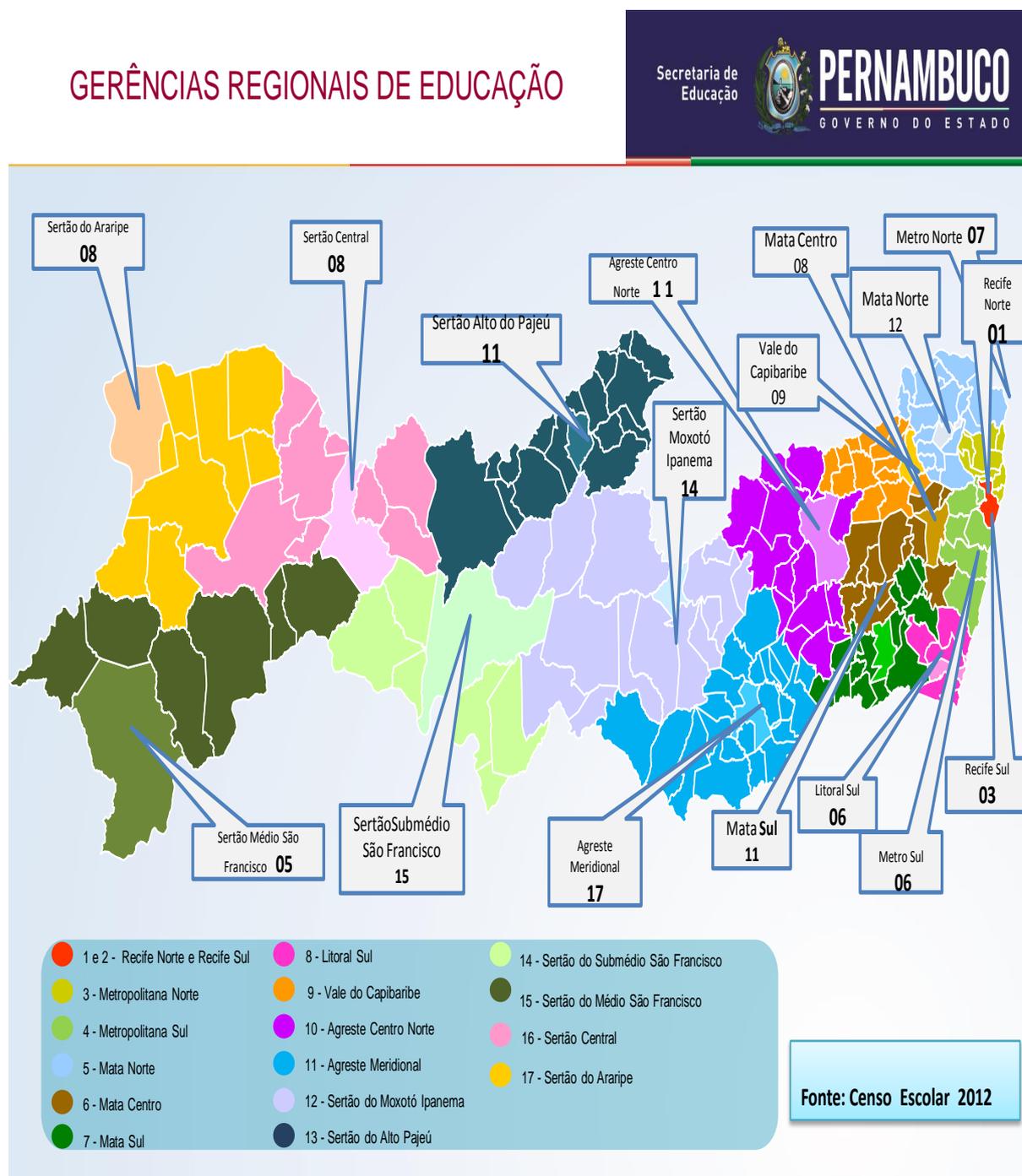
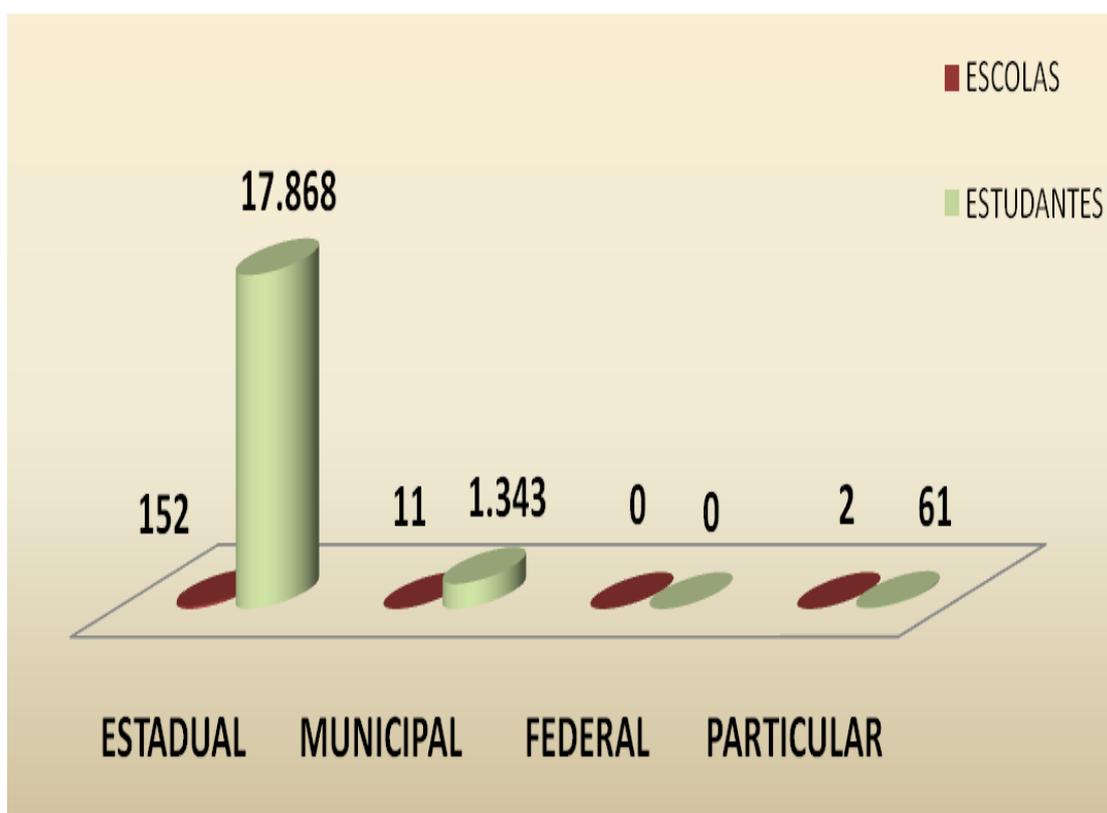


Figura 1: Gerências Regionais de Educação de Pernambuco
Fonte: SEE/PE

As 17 Gerências Regionais de Educação do Estado de Pernambuco possuem o Curso Normal Médio. Destacam-se as regionais do Agreste Meridional com 17 escolas e a do Sertão Submédio São Francisco com 15 escolas. A Regional Litoral Sul possui apenas seis (06) escolas e a Recife Norte apenas uma (01) escola.

Em Pernambuco, no ano letivo de 2012, existiam 19.272 alunos matriculados no Curso Normal Médio, distribuídos nas redes estadual, municipal e particular, conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2: Diagnóstico do Normal Médio em Pernambuco



Fonte - SEE/PE

Percebemos que o número de matrículas é relevante na rede estadual de ensino, com 17.868 alunos matriculados. Mas também há matrículas na rede particular e na rede municipal, apesar do fato contrariar a LDB 9.394/96 no artigo 10 inciso VI, alterado pela Lei nº 12.061, de 2009, que afirma que os Estados incumbir-se-ão de: “assegurar o ensino fundamental e oferecer, *com*

prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei (grifo nosso). A lei deixa claro que o ensino médio é prioridade do estado e não do município, mesmo assim, percebemos um quantitativo de 11 turmas com 1.343 alunos matriculados; já a rede particular conta com apenas 02 turmas com 61 alunos matriculados.

1.4 Política Pública e a Formação de Professores no Curso Normal Médio no Estado de Pernambuco

Para falar em políticas públicas, faz-se necessário conhecer o conceito, visto que a formação de professores é uma política desenvolvida em nosso país. Para Condé (2011), política pública é característica da esfera pública da sociedade; segundo Azevedo (2003, p.23), “política pública é tudo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Ainda sobre políticas públicas, afirma Boneti (2007):

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2007, p. 74).

Políticas públicas educacionais, segundo Azevedo (2003), são tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer em termos de educação escolar. São decisões do governo que incidem sobre o ambiente escolar enquanto local de aprendizagem. O Governo do estado de Pernambuco propôs políticas públicas de formação continuada de professores, que se tornaram indicativo de qualidade da educação no país após a implementação da LDB (Lei nº: 9394/1996). Além disso, também instituiu o curso Normal em nível Médio nas escolas da rede estadual de ensino, levando em conta a diversidade cultural, a especificidade socioeconômica e as demandas dos municípios pernambucanos. Diante disso, a Secretaria de Educação do Estado,

considerando a importância do Curso Normal em nível Médio, elaborou um documento denominado Princípios e Concepções para a Formação de Docentes em nível Médio.

Esse curso de formação docente em nível Médio, de acordo com o documento Princípios e Concepções, atende à formação básica do aluno, integrando áreas do conhecimento específicas da formação básica e as áreas específicas de formação docente. Também enquanto formação inicial é oferecido aos alunos os fundamentos teóricos e práticos, permitindo ao professor iniciante atender às exigências da sociedade atual. Dito isto, o documento “Curso Normal Médio: Princípios e Concepções (2006) revela:

Os princípios gerais que norteiam o curso Normal Médio em Pernambuco envolvem a gestão democrática do ensino público com qualidade, responsabilidade social e inclusão social, assim como a vinculação do processo educativo com as práticas sociais e o mundo do trabalho, visando à profissionalização e ao sucesso na construção do saber. Para isso, as categorias centrais que norteiam os princípios e as diretrizes dessa política estão pautadas na perspectiva da formação inicial adequada para o exercício da docência e na formação continuada para os professores formadores, como condições necessárias para o desenvolvimento do curso Normal Médio de qualidade. (p.16)

Os componentes curriculares do curso de formação docente em nível médio do Estado de Pernambuco estão divididos em seis áreas/núcleos curriculares, os quais são:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física;
- Ciências da natureza, Matemática e suas Tecnologias: Biologia, Química, Física e Matemática;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Sociologia e Filosofia;

- Parte Diversificada: Língua Estrangeira: Inglês/Espanhol/Francês e Tópicos Educacionais;
- Organização e Gestão da Educação Escolar: Política Educacional e Organizacional do Sistema de Ensino, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e Educação de Jovens e Adultos;
- Prática: Didática da Avaliação da Aprendizagem, Didática das Linguagens, Didática da Matemática, Didática da História, Didática da Geografia, Didática das Ciências Naturais e Prática Pedagógica.

Todos esses 26 componentes curriculares contribuem durante os quatro anos do curso para a formação básica e a formação inicial da docência, com o objetivo de que os alunos estejam preparados para a vida e o mercado de trabalho. Para alunos concluintes do ensino médio é oferecido o curso com aproveitamento de estudos. Os alunos cursarão durante dois anos apenas as áreas de Gestão da Educação Escolar e Prática, tendo, em ambos os casos, que elaborar e apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Abaixo, na Figura 2, demonstra-se a matriz Curricular do Curso Normal em nível Médio do estado de Pernambuco:

Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 28 de fevereiro de 2012

**MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO – 2012
CADASTRO ESCOLAR:**

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	DURAÇÃO DA HORA AULA	50 MIN
DIAS LETIVOS SEMANAIS	05	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2012
MÓDULO	40	TURNO	DIURNO
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.640		

Lei 9.394/96 – Parecer CNE/CEB Nº 01/99 e Resolução CNE/CEB Nº 02/99 – Parecer CNE/CEB Nº 05/2011 Parecer CNE/CEB Nº 07/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 03/98; Resolução CNE/CEB nº 4/2010	ÁREAS / NÚCLEOS CURRICULARES	COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	CH
	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	3	3	3	3	480
		Arte	-	-	-	2	80
		Educação Física	1	1	1	1	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Biologia	2	2	1	-	200
		Química	2	2	1	-	200
		Física	2	2	1	-	200
		Matemática	2	2	2	2	320
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	2	2	1	-	200
		Geografia	2	2	1	-	200
		Sociologia	1	1	1	1	160
		Filosofia	1	1	1	1	160
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Espanhol/Inglês/Francês	-	2	2	2	240
		Tópicos Educacionais	1	-	-	1	80
	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	Política Educacional e Organizacional do Sistema de Ensino	2	-	-	-	80
		Psicologia do Desenvolvimento	2	-	-	-	80
		Psicologia da Aprendizagem	-	2	-	-	80
		Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	-	-	2	-	80
		Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	-	2	1	2	200
		Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	2	80
	PRÁTICA	Didática e Avaliação da Aprendizagem	2	2	-	-	160
		Didática das Linguagens	-	-	2	3	200
		Didática da Matemática	-	-	2	3	200
Didática da História		-	-	2	-	80	
Didática da Geografia		-	-	-	2	80	
Didáticas das Ciências Naturais		-	-	2	-	80	
Prática Pedagógica***		* 2	3	4	**5	560	
TOTAL		27	29	30	30	4.640	

*** Carga horária diferenciada por ano justificando a apresentação da carga horária total do curso.

*Correspondente a 1 h/a no horário regular e 1h/a no contra turno.

**correspondente a 2h/a no horário regular e 3 h/a no contra turno.

Gestor (a)

Figura 2: Curricular do Curso Normal, PE.

Fonte: SEE/PE

A carga horária total de curso é de 4.640 horas aulas, contabilizando também o estágio na escola campo de estudo. Esse estágio só pode ser realizado nas escolas públicas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. O estágio é acompanhado pelo professor de prática pedagógica, que é um ator importante nesse processo de formação. Percebe-se que, de acordo com a matriz, o componente curricular referente à prática pedagógica perpassa todos os anos do curso Normal em nível, inclusive no primeiro ano é oferecida uma aula no turno do aluno e outra no contra turno. No segundo e terceiro ano, as aulas são no turno do aluno e no quarto ano, duas horas aulas são no turno regular e três horas aulas no contra turno. A partir do 1º ano, os alunos entram no campo de estágio, observam a escola, a metodologia de ensino e as concepções pedagógicas do professor, analisam as dificuldades de aprendizagens dos alunos e de comum acordo com a escola e o professor regente, constroem e aplicam um projeto pedagógico. Ao mesmo tempo, os alunos vão discutindo e analisando em sala de aula os componentes curriculares da área de Prática, para que de fato aconteça a justaposição entre a teoria e a prática vivenciada na escola campo de estudo.

No 4º ano do curso acima citado, o aluno inicia com ajuda dos componentes da matriz do curso Normal em nível Médio a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será orientado pelo professor de prática pedagógica e o professor do componente curricular em que o trabalho está pautado. No mês de dezembro, para aqueles que estão concluindo o 4º ano, é exigido o TCC pronto e a apresentação do mesmo à uma banca avaliadora, formada pelo Professor de prática pedagógica, o Educador de apoio 1 e o Professor do componente específico em que o trabalho está apoiado. Os alunos, aprovados nos componentes curriculares e no TCC, receberão o diploma de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com a LDB 9394/1996.

Esse Diploma é assinado pelo Diretor da Escola e Chefe de Secretaria e é registrado no livro de diplomas de cada unidade escolar, ficando a escola com uma cópia para ser guardado em seus arquivos. Após esse processo, o

¹ Educador de Apoio – Na rede estadual de ensino de Pernambuco, o educador de apoio, é o professor efetivo que faz um seleção interna. Depois de aprovado, é nomeado para coordenar as atividades pedagógicas da unidade escolar.

professor estará habilitado para exercer sua profissão docente em qualquer estabelecimento de ensino do país, na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

No ano de 2013, houve uma grande novidade para o Curso Normal Médio: o MEC (Ministério da Educação), entendendo a importância do curso para a educação brasileira, passou a incluí-lo no ProEMI- Programa do Ensino Médio Inovador. Isto possibilitou a obtenção de recursos financeiros para a qualidade da formação de professores em nível médio.

1.5 O Programa Ensino Médio Inovador no contexto do Curso Normal Médio

O ProEMI (Programa Ensino médio Inovador) foi instituído em 2009, pela Portaria nº 971, como elemento de reestruturação dos currículos do Ensino médio. O referido programa integra as ações do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, proporcionando recursos financeiros federais para as propostas curriculares das unidades educacionais que ofereçam o ensino médio, conforme está exposto no Parágrafo único da Portaria 971/2009:

São objetivos do Programa Ensino Médio Inovador:

I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade do ensino médio;

II - desenvolver e reestruturar o ensino médio não profissionalizante, de forma a combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnicos-experimentais;

III - promover e estimular a inovação curricular no ensino médio;

IV - incentivar o retorno de adolescentes e jovens ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade;

V - fomentar o diálogo entre a escola e os sujeitos adolescentes e jovens;

VI - promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes e desenvolver sua autonomia intelectual;

VII - desenvolver a autonomia do estudante por meio do oferecimento de uma aprendizagem significativa.

VIII - criar uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores.

IX - promover o intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio.

X - incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais.

Nesse contexto, percebe-se o investimento do Governo Federal no ensino médio, apoiando e fortalecendo o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, bem como propondo a ampliação da jornada dos alunos com dinamismo e qualidade.

Diante disso, o Ministério da Educação (MEC) tem percebido que o curso Normal Médio é uma modalidade do ensino médio em que se evidencia o curso de formação de professores em nível médio. Por muitos anos, esse curso sofreu com a ausência de recursos federais, mas se manteve até hoje para contribuir com a educação brasileira. Este ano, aos estados que possuem esse curso, disponibiliza-se o sistema no PDE interativo em meados de novembro, para inserção das turmas do Normal médio no ProEMI.

O ProEMI possui um referencial curricular que é implantado nas escolas por meio do PRC - Projeto de Redesenho Curricular. De acordo com o Documento Orientador ProEMI (2013, p.13):

O Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá apresentar ações que comporão o currículo e estas poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares e, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades.

Esse PRC deverá estar interligado aos macrocampos e Áreas de conhecimentos de acordo com as necessidades e interesses tanto da equipe pedagógica, professores e comunidade escolar quanto dos alunos. A seguir, a lista dos macrocampos:

- Acompanhamento Pedagógico (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza);
- Iniciação Científica e Pesquisa;
- Leitura e Letramento;
- Línguas Estrangeiras;
- Cultura Corporal;
- Produção e Fruição das Artes;

- Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias;
- Participação Estudantil.

Nesse íterim, a escola que possui o curso Normal Médio poderá utilizar dos macrocampos para poder investir ainda mais na formação do professor em nível médio, utilizando os mesmos para consolidar as semanas pedagógicas, os simpósios, a iniciação científica, a arte, entre outros, que contribuem de forma relevante para a formação com qualidade dos futuros educadores.

Para a unidade escolar aderir ao PROEMI para o curso Normal em nível médio faz-se necessário ter espaços adequados para que o aluno permaneça integralmente na escola duas vezes por semana. Espaços como: salas de aulas, auditórios, quadras, laboratórios de informática, matemática e biologia, e bibliotecas amplas para acomodar a demanda dos alunos. Nas escolas que possuem o Curso Normal em nível Médio da GRE Litoral Sul não foi possível implantar o PROEMI, devido à falta de espaços adequados em algumas escolas e, em outras, porque o PROEMI já funciona com o ensino médio regular e não há estrutura suficiente para acomodar a demanda existente.

1.6 O Curso Normal Médio na Gerência Regional Educação – Litoral Sul - PE

O Curso Normal na Gerência Regional Litoral Sul no município de Barreiros – PE está de acordo com as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para o exercício da docência na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica e na Instrução Normativa SEDE/GENE 09/2011 da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. O referido curso de natureza profissional está embasado na Prática Pedagógica, sendo esse o centro da formação de professores no curso Normal em nível médio.

Atualmente existem seis (06) escolas que possuem o curso Normal em nível médio, são elas: Escola Professor Joaquim Augusto Noronha Filho e Escola Hélio Santiago Ramos, ambas no município dos Barreiros, a Escola de

Referência em Ensino Médio Tamandaré, no município de Tamandaré, a Escola Joaquim Silvério Pimentel, no município do Rio Formoso, e as escolas Dr. Jaime Monteiro e Nossa Senhora da Penha no município da Gameleira.

O perfil socioeconômico da comunidade atendida por estas escolas é definido por pescadores e filhos de pescadores, marisqueiras, cortadores de cana de açúcar, pequenos agricultores, filhos de funcionários públicos e pequenos comerciantes.

As referidas escolas funcionam em regime de três turnos (manhã, tarde e noite), 1º turno das 07h30 as 11h50, 2º turno de 12h30 as 16h50 e o 3º turno de 19h as 22h20, que compreendem o total de 4.689 alunos distribuídos nas seguintes modalidades: Ensino Fundamental Anos Finais, Médio, EJA Médio, Travessia e Normal em Nível Médio, divididos em 08 salas de aulas. O curso Normal Médio possui um total de 579 alunos matriculados, distribuídos conforme a tabela 2:

Tabela 2: TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO POR ESCOLAS

ESCOLAS ESTADUAIS	QUANTIDADE DE ALUNOS
ESCOLA PROFESSOR JOAQUIM AUGUSTO NORONHA FILHO	44
ESCOLA HÉLIO SANTIAGO RAMOS	55
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO TAMANDARÉ	44
ESCOLA JOAQUIM SILVÉRIO PIMENTEL	145
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DR. JAIME MONTEIRO	80
ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PENHA	211
TOTAL GERAL	579

Fonte – SIEPE/2013.²

² SIEPE – Sistema de Informações Educacionais do Estado de Pernambuco, ano 2013.

Percebe-se uma quantidade mínima de alunos em algumas escolas, visto que essas unidades escolares com poucas matrículas não possuem todos os anos do curso. As tabelas abaixo mostram as escolas com seus respectivos anos e matriculados em cada um deles:

Tabela 3: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA PROFESSOR JOAQUIM AUGUSTO NORONHA FILHO

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
3º NORMAL MÉDIO	19
4º NORMAL MÉDIO	25

Fonte – SIEPE/ 2013

Observando este curso, na tabela 3, percebe-se a ausência de matrículas no 1º e 2º anos e a existência de 44 alunos matriculados no curso normal médio nesta unidade. Todavia, neste mesmo município, Barreiros, existe outra escola que oferece também o curso normal médio.

Em seguida, iremos observar a oferta e a matrícula do citado curso na Escola Hélio Santiago Ramos:

Tabela 4: QUANTIDADE DE ALUNOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA HÉLIO SANTIAGO RAMOS

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
2º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
3º NORMAL MÉDIO A – (Aproveitamento de Estudos)	41
4º NORMAL MÉDIO ÚNICO	14

Fonte – PERNAMBUCO -SIEPE/2013.

Percebe-se o quantitativo de apenas 55 alunos, e o não oferecimento do 1º e do 2º anos do referido curso, e um número de matrículas elevadas no 3º ano em aproveitamento de estudos, que são para os alunos concluintes do ensino médio. As escolas desse município não possuem 1º e 2º anos, ou pelo motivo da gestão anterior não ter aberto matrícula, ou pelo fato de não haver demanda para esses anos. Vale salientar que, com a abertura das Escolas de

Referência em Ensino Médio, que oferecem o ensino integral ou semi-integral, muitos pais matricularam os alunos aprovados no 9º ano, para fazer o ensino médio nas escolas de referência. Em seguida, observaremos a Escola de referência em Ensino Médio Tamandaré no município de Tamandaré.

Tabela 5: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO TAMANDARÉ

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
2º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
3º NORMAL MÉDIO A	0
4º NORMAL MÉDIO ÚNICO	44

Fonte – PERNAMBUCO - SIEPE/2013.

Esta unidade escolar, de acordo com a tabela supracitada, só possui o 4º ano Normal médio com 44 alunos matriculados. Neste município, existe apenas essa escola estadual, que há três anos passou de escola de turno único para escola de referência em ensino médio. Portanto, segundo a legislação, não poderá mais abrir cursos de turno único, abrirá apenas para matrícula do ensino médio integral ou semi-integral. Essa é a última turma do normal médio nesta instituição de ensino.

Em seguida, observaremos a Escola Joaquim Silvério Pimentel no município do Rio Formoso.

Tabela 6: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA JOAQUIM SILVÉRIO PIMENTEL

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º NORMAL MÉDIO ÚNICO	17
2º NORMAL MÉDIO ÚNICO	21
3º NORMAL MÉDIO A	22
3º NORMAL MÉDIO B – (Aproveitamento de Estudos)	65
4º NORMAL MÉDIO ÚNICO	20

Fonte – PERNAMBUCO -SIEPE/2013.

A referida escola possui matrículas em todos os anos do curso normal médio. Observamos um número alto de matrículas no 3º ano, aproveitamento de estudos, destinadas aos concluintes do ensino médio com um total de 65 matriculados.

Por fim, analisaremos o curso citado no município da Gameleira, nas escolas EREM Dr. Jaime Monteiro e Nossa Senhora da Penha. As tabelas 7 e 8 mostram a situação das matrículas em ambas as escolas:

Tabela 7: QUANTIDADE DE ALUNOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – EREM DR. JAIME MONTEIRO

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
2º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0
3º NORMAL MÉDIO A	25
3º NORMAL MÉDIO B – (Aproveitamento de Estudos)	30
3º NORMAL MÉDIO C – (Aproveitamento de Estudos)	25
4º NORMAL MÉDIO ÚNICO	0

Fonte – PERNAMBUCO - SIEPE/2013.

Observamos que nesta escola não existem matrículas nos 1º, 2º e 4º anos, já no 3º ano normal existem 25 alunos matriculados e nos 3ºs anos aproveitamento de estudos há duas turmas com um total de 55 alunos. Esta escola brevemente não oferecerá mais esse curso, pois foi transformada em escola de referência em ensino médio. Segundo a legislação de Pernambuco, tais escolas só poderão funcionar com o ensino médio integral e à noite com o EJA – Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio. Essa demanda passará para a Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, da qual apresentaremos as matrículas a seguir, conforme a tabela 8.

Tabela 8: QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO NORMAL MÉDIO – ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PENHA

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º NORMAL MÉDIO ÚNICO	35
2º NORMAL MÉDIO ÚNICO	35
3º NORMAL MÉDIO A	37
3º NORMAL MÉDIO B – (Aproveitamento de Estudos)	35
3º NORMAL MÉDIO C – (Aproveitamento de Estudos)	35
4º NORMAL MÉDIO ÚNICO	34

Fonte – PERNAMBUCO -SIEPE/2013.

A referida escola possui um grande número de matriculados em todos os anos do curso normal médio. Destacam-se as duas turmas do 3º ano aproveitamento de estudos com um total de 70 alunos matriculados. Os anos de aproveitamento de estudos nas escolas analisadas têm um número importante, pois é nesses anos que os alunos concluintes do ensino médio se matriculam e com dois anos de formação recebem o diploma de professor das séries iniciais da educação básica e da educação infantil.

O Curso Normal Médio funciona em quatro anos em todas as escolas estaduais de Pernambuco, com carga horária de 4.480 (quatro mil quatrocentos e oitenta) horas/aula, das quais 560 (quinhentas e sessenta) horas/aulas serão destinadas à Prática Pedagógica, sendo 20% destinada à docência, o que corresponde a 112h/a.

Sobre a Prática Pedagógica, a Instrução Normativa 09/2011 em seu artigo 6º, esclarece:

A Prática Pedagógica na Escola Campo de Estudo deverá ser vivenciada em instituições credenciadas pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que ofereçam a Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou Educação de Jovens e Adultos, fases I e II, Educação Escolar Indígena, Educação Especial e Educação do Campo. § 1º A Prática Pedagógica, na Escola Campo de Estudo, dar-se-á sob a orientação e acompanhamento dos docentes da Escola Formadora que ministram esse componente curricular. § 2º Os convênios, com as Escolas Campo de Estudo, deverão ser firmados com antecedência mínima de 6 (seis) meses, através

de Acordo de Cooperação Técnica, garantindo a articulação do Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica, de modo a permitir a integração entre a Escola Campo de Estudo e a Escola Formadora.

Os alunos do Curso Normal são encaminhados por meio de ofício às escolas municipais para iniciarem seus estágios na educação infantil, séries iniciais e EJA Fase I para observarem a estrutura física, o PPP, as concepções do professor e suas aulas, as dificuldades dos alunos e depois construirão um projeto de intervenção na unidade escolar.

Os alunos que concluíram o Ensino Médio poderão cursar o Normal Médio entrando no Programa de aproveitamento de estudos e concluirão o referido curso em apenas 02(dois) anos.

Sobre os resultados alcançados pela escola nas avaliações externas, verificamos a existência de duas avaliações realizadas na escola campo de estudo: o SAEPE³ – Sistema de avaliação do estado de Pernambuco e o Pacto pela Educação (são escolas escolhidas pelo governo do estado para serem modelos para as demais escolas). Sobre o Pacto pela Educação, a Secretaria de Educação do estado de Pernambuco afirma:

O Governo de Pernambuco e a Secretaria de Educação, considerando a Constituição Federal/1988, a LDB/1996, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, as Diretrizes do MEC e o Plano Nacional de Educação, reafirmam o compromisso com uma educação inclusiva para a formação da cidadania e para o mundo do trabalho, lançando o Pacto Pela Educação. O Pacto Pela Educação é uma política voltada para a qualidade da educação para todos e com equidade, com foco na melhoria do ensino, da aprendizagem dos estudantes e dos ambientes pedagógicos, ampliando o acesso à educação e contribuindo para avanços educacionais em nosso estado. O Pacto Pela Educação orienta as políticas educacionais para a educação pública, no segundo ciclo de gestão do Governo Eduardo Campos, e tem como linhas de atuação: - O fortalecimento das parcerias com os municípios; - A transparência das informações; - A valorização e capacitação, inicial e continuada, dos profissionais da educação; - O reconhecimento do mérito, desempenho, monitoramento e avaliação dos processos e resultados; - A construção de práticas pedagógicas inovadoras; - A utilização de tecnologias

³ SAEPE - O SAEPE foi realizado pela primeira vez em 2000. Em 2005, foi novamente realizado, no entanto, seus resultados somente foram consolidados e divulgados em 2007. A partir de 2008, passou a ser realizado anualmente.

como ferramentas didáticas e pedagógicas (SEE-PE, 2012, p.34).

Sobre as metas e objetivos do SAEPE, a Secretaria de Educação do estado de Pernambuco esclarece:

É importante ressaltar que, a partir de 2005, o SAEPE passou a utilizar o método de “*resposta ao item*” e a escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB – Inep/MEC), permitindo assim que as notas de desempenho das escolas e Gerências Regionais de Educação – GREs - sejam comparáveis entre si e ao longo do tempo. Os principais objetivos do SAEPE são:

- Produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais em cada período de escolaridade avaliado. Estes são pré-requisitos indispensáveis não apenas para a continuidade dos estudos, mas para a vida em sociedade.
- Monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, como forma de avaliar continuamente o projeto pedagógico de cada escola, possibilitando a implementação de medidas corretivas, quando necessário.
- Contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação.
- Associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola.
- Compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE. (SEE-PE, 2012)

Essas avaliações externas são aplicadas também no curso Normal Médio, e significam mais um instrumento para verificação do desempenho desses alunos, instituído pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

1.7 O Papel do Professor de Prática Pedagógica no Curso Normal Médio

O Professor de Prática Pedagógica é um elemento relevante no Normal Médio, pois é o elo entre os alunos e o campo de estágio. É ele quem conduz os alunos a executarem a justaposição entre a teoria e a prática. O referido

professor orienta também a construção dos projetos de intervenção e o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), organizando todo o processo de conclusão do normalista. Sobre esse processo de conclusão, a Instrução Normativa 09/2011 orienta:

Art.9º O (A) estudante deverá apresentar, para parecer avaliativo, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), através de exposição oral, a uma banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a) e mais 2 professores(as), a saber: I. O(a) da Prática Pedagógica professor(a) orientador(a); II. O(a) da Escola Campo de Estudo; III. O(a) Educador(a) de Apoio ou 1 professor(a) da Escola Formadora. §1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se como pesquisa de cunho científico etnográfico, voltada para o cotidiano escolar e será construído de forma individual ou em dupla, ao longo dos quatro anos, observando-se as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 2º - O TCC, requisito obrigatório para a conclusão do curso e certificação do(a) estudante, deverá ser registrado no diário de classe do componente curricular da Prática Pedagógica e na ficha individual do(a) estudante. § 3º - A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caberá ao(à) professor(a) de Prática Pedagógica, com a co-orientação dos(as) professores(as) dos demais componentes curriculares, conforme a temática escolhida pelo(a) estudante.

Art.10 O Diploma do Curso Normal em Nível Médio será registrado pela própria Escola Formadora, conforme as normas legais. § 1º - Ao (à) estudante que concluir o Curso Normal em Nível Médio será expedido o diploma de Professor de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. § 2º- Os demais documentos referentes à escrituração escolar deverão seguir as orientações específicas dos órgãos competentes da Secretaria de Educação do Estado.

O Professor de prática pedagógica é quem orienta a construção do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Também é ele quem organiza as defesas dos TCCs, marca o horário e compõe a banca examinadora, como preceitua a Instrução Normativa SEE/PE 09/2011.

O professor de prática pedagógica na rede estadual de ensino de Pernambuco geralmente é um pedagogo e/ou licenciado em áreas afins. Ele é o que chamamos de fio condutor do curso e possibilita ao aluno a justaposição entre a teoria e a prática. De modo que a prática pedagógica é a responsável

por tal ligação, ao respeitar as disciplinas que compõem a matriz curricular (teoria) e a atuação no campo de estágio (prática). Não pretendemos com isso supervalorizar o professor de prática e disciplina prática pedagógica, mas reafirmar a relevância dele na articulação entre os saberes construídos e a prática no curso Normal Médio.

É nesse contexto que a disciplina prática pedagógica e professor de prática possibilitam aos alunos normalistas os primeiros momentos de efetivo exercício da profissão docente na escola campo de estágio, influenciando diretamente e significativamente a sua formação. Os professores apresentam possibilidades diante das diversas disciplinas estudadas em sala de aula, dos métodos e concepções pedagógicas, bem como do planejamento, execução e avaliação reflexiva para que, ao final do curso, os alunos atuem como profissionais docentes.

No próximo capítulo, iremos abordar considerações a respeito da análise da Formação de Professores em nível médio, no Curso Normal Médio, das escolas jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul Barreiros, bem como os aspectos metodológicos da pesquisa, o campo de estudo e os sujeitos envolvidos. Por fim, na análise dos resultados da pesquisa, veremos o que pensam os sujeitos da educação sobre o curso supracitado, o currículo, a realidade nas escolas e os desafios da gestão escolar no curso Normal médio. A Análise dos dados da pesquisa e a fundamentação teórica servirão de base para a construção do Plano de Ação Educacional desta dissertação.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

O objetivo deste estudo, como descrito na parte introdutória, é compreender o curso Normal em nível Médio no Estado de Pernambuco. Por isso foi relatado no capítulo anterior, o histórico do Normal Médio no Brasil e em Pernambuco, sua funcionalidade nas escolas jurisdicionadas pela GRE litoral Sul e seus documentos orientadores, entre outros aspectos.

Neste capítulo, apresentamos as estratégias metodológicas adotadas para a realização do estudo, partindo do referencial teórico que embasou a pesquisa bibliográfica para a análise dos dados. A análise se desenvolveu em três subitens, a saber: o olhar dos sujeitos em relação à relevância da formação de professores em nível médio; o currículo adotado; e a prática pedagógica, tendo como objetivo fornecer mais subsídios para a formulação do Plano de Ação Educacional.

2.1 Metodologia do Estudo

Neste subtítulo, pretendemos situar o leitor no caminho metodológico seguido, contar-lhe as etapas e a relevância desse processo para este trabalho. Essas etapas foram construídas e aplicadas de acordo com o tempo da pesquisa, ou seja, a forma como se foi averiguando a formação de professores no Curso Normal Médio. Sobre a metodologia da pesquisa, do Demo (1981, p.7) afirma: é “o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência”. Diante do exposto, utilizaremos instrumentos para alcançar os objetivos desta pesquisa.

2.1.1 Escolha do Método de Pesquisa

O presente estudo se baseia em uma pesquisa de campo de natureza qualitativa que foi escolhida para atender aos objetivos propostos, isto é, compreender o Curso Normal em nível Médio de formação de professores na Gerência Regional Litoral Sul do Estado de Pernambuco. Segundo Joel Martins (1994, p. 58):

Na pesquisa qualitativa descreve-se e determina-se com precisão conceitual rigorosa a essência genérica da percepção ou das espécies subordinadas, como a percepção da coisalidade, etc. Mas a generalidade mais elevada está na experiência elevada, no pensamento em geral, e isto torna possível uma descrição compreensível da natureza da coisa.

A escolha por esse tipo de pesquisa se deve ao fato de que a pesquisa qualitativa proporciona uma maior participação do pesquisador com os sujeitos. Desta forma, eles podem interagir e contribuir de forma mais consistente, auxiliando na construção dos instrumentos da coleta de dados. Para Ferreira (2004, p.8-9):

Na pesquisa qualitativa, não há necessidade de grande número de participantes, uma vez que, nessa modalidade de pesquisa, a opção é pela profundidade em detrimento da amplitude. E, sendo a pesquisa construtiva, é possível ao pesquisador interagir com cada participante, perguntando como é para ele/a aquele determinado fenômeno, como pensa nele, como o sente, bem como pedir esclarecimentos, de modo a ir estabelecendo o diálogo.

A Pesquisa qualitativa pode envolver vários materiais empíricos, bem como estudos de caso, experiências pessoais, história de vida, produções e artefatos culturais, ou seja, materiais que descrevam a rotina e os significados da vida humana.

Coube-nos fazer a escolha do estudo de caso dentre os vários métodos existentes no universo dos métodos qualitativos, pois foi o que nos permitiu uma análise mais aprofundada do objeto, bem como do seu direcionamento para pesquisar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real.

Gil (2002, p.54) afirma:

O estudo de caso é uma modalidade da pesquisa amplamente utilizada nas ciências médicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Percebe-se a importância da utilização desse tipo de pesquisa, bem como do seu caráter amplo e detalhista do conhecimento. Gil ainda aconselha que:

[...], os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que influenciam ou são por ele influenciados. (GIL, 2002, p.55).

Desta feita, a utilização dessa modalidade de pesquisa nos proporcionou a compreensão do Curso Normal em nível Médio de escolas jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul, do Estado de Pernambuco, campo deste estudo.

2.1.2 O Campo do Estudo e os Sujeitos envolvidos na Pesquisa

O campo deste estudo são as escolas que oferecem o Curso Normal em nível Médio, jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul da rede estadual de ensino, situadas nos municípios dos Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso e Gameleira, todos situados no estado de Pernambuco.

O enfoque deste estudo é o Curso Normal em nível Médio da GRE Litoral Sul, que forma professores para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica. Existem seis (06) escolas que disponibilizam tal curso, juntamente com seus seis (06) gestores, seis (06) professores, um (01) gestor da Gerência Regional, e duas (02) técnicas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Os sujeitos são importantes na pesquisa, pois eles se encontram imersos no social. Para Freitas (1998, p. 28):

Nós agimos à luz de uma leitura da realidade que fornece ao nosso comportamento uma resposta apropriada para perceber a situação. Essa posição coloca a semiótica no âmago da relação entre o sujeito psicológico e a realidade: o mundo é um ambiente visto com significado e a trajetória do comportamento do sujeito é determinada pela significação que este sujeito tem do mundo. O sujeito age e a sua ação é descrita através de palavras que dão significado à ação, à luz da interpretação subjetiva da situação.

Buscando a objetividade que se espera em pesquisa qualitativa, e, considerando as hipóteses, o embasamento teórico e o método utilizado, delimitamos os seguintes critérios: **os sujeitos** – gestores e professores de prática pedagógica das unidades educacionais, o gestor da GRE Litoral Sul e técnicas da Secretaria de Educação de Pernambuco. Para os sujeitos, o critério de escolha foram os cargos de: gestor da Gerência Regional de Educação, técnicas da Secretaria de Educação do Estado de PE – SEE/PE que trabalham na Gerência do Ensino Médio – GPEM, gestores das escolas da rede estadual de ensino que ofertam o curso normal e os professores de prática pedagógica dessas escolas. Os sujeitos foram denominados por letras do alfabeto.

Com relação à quantidade dos sujeitos entrevistados, dado o caráter extensivo e aprofundado das entrevistas, bem como o tempo da pesquisa, o estudo contou com quinze (15) participantes, caracterizados de acordo com o quadro 1:

Quadro 1: SUJEITOS DA PESQUISA

CARGO	LOCALIDADE	SIGLA
GESTOR	GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	G1
TÉCNICO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO	T1
TÉCNICO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO	T2
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G2
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G3
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G4
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G5
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G6
GESTOR	UNIDADE ESCOLAR	G7
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P1
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P2
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P3
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P4
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P5
PROFESSOR	UNIDADE ESCOLAR	P6
TOTAL DOS SUJEITOS		15

.Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.3 Instrumento de Coleta de Dados

Foram coletados os dados através de instrumentos que permitiram obter informações relevantes ao tema do estudo. Primeiro foi realizada a observação simples que permitiu coletar, no período de 20/10/2013 a 04/11/2014, elementos do cotidiano escolar e da formação de professores no Curso Normal Médio, subsídio para análise dos dados levantados nas entrevistas. Segundo Lüdke e André (1986, p.25) “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática”. As autoras acrescentam que a observação exige tempo para ser planejada, bem como preparo do pesquisador no que se refere aos cuidados na coleta dos dados.

O Segundo momento foi o fichamento e a hierarquização por assunto dos dados referentes às pesquisas bibliográficas, elemento importante para fazer a relação entre o que foi estudado com as práticas pedagógicas, confirmando-as ou refutando-as.

Após esse momento, deu-se início às entrevistas. O tipo de instrumento utilizado foi a entrevista com roteiro semiestruturado, que possibilitou a reflexão sobre o que o sujeito diz, sente, o que lhe dá significado, o que tem, expressando-se enquanto construtor de relações e de sua história. De acordo com Colognese e Mélo (1998), a entrevista com roteiro semiestruturado é caracterizada pela “formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada”. Essa escolha se deu por entendermos ser este o tipo de entrevista mais adequado para o estudo. Essas entrevistas foram realizadas com gestores, técnicos e professores, no período de 20/05 a 04/11/2014, o que permitiu compreender o Curso Normal em nível Médio de formação de professores nas escolas jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul, da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco.

2.1.4 Tratamento dos Dados

Os dados coletados através da pesquisa bibliográfica foram fichados e organizados de acordo com a temática e com o objetivo da pesquisa.

O método utilizado foi o dialético, que permitiu entender elementos que permeiam a formação de professores do Curso Normal Médio. Esse método possibilitou um estudo mais abrangente, pois considera importantes os aspectos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais, fatores que influenciam no objeto de estudo proposto.

O processo de coleta das entrevistas ocorreu seguindo os princípios éticos de uma pesquisa científica. No primeiro momento, houve uma conversa com os sujeitos, solicitando autorização para realização das entrevistas. A seguir, foi explicado que seus nomes não seriam revelados, mantendo em sigilo suas identidades, e que eles seriam identificados por letras do alfabeto. Todas as entrevistas foram gravadas e arquivadas em pen drives e CDs para futura comprovação desta pesquisa. Em seguida, deu-se início ao momento que consideramos o mais denso da pesquisa, a escuta e a descrição. Nesse momento, tivemos o cuidado de transcrever as entrevistas tais quais elas ocorreram. Depois das transcrições, foram analisadas e identificadas as respostas à luz das categorias, base norteadora deste estudo.

2.2 Curso Normal Médio: O que pensam os sujeitos da educação sobre a formação de professores

Um dos grandes problemas que impedem a elevação da qualidade da educação no Brasil é justamente a desarticulação das estruturas que contribuem com a formação de professores, sejam elas em nível médio ou superior. Isso indica a urgência de repensar as práticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

O Curso Normal Médio surge como um dos espaços responsáveis pela formação inicial dos professores para suprir a demanda crescente das escolas públicas e privadas, sobretudo com a universalização do ensino básico como um direito constitucional de todo cidadão. No estado de Pernambuco, os gestores veem esse curso de formação de professores em nível médio como:

A formação é ideal, tanto é que, eu vejo os professores que fazem uma licenciatura estão bem mais formados quando tem um curso de normal médio [...] (G2)

Bom. Eu percebo o seguinte há realmente uma grande relevância nessa formação [...] (G4)

É de grande importância a formação de professores [...]. (G6)

Esses gestores acreditam na formação de professores no curso Normal Médio como um elemento importante na qualidade da educação brasileira. Para Freire (1996), a formação de professores é um fazer permanente que se refaz constantemente na ação. Também para Luckesi (2000, p.12):

Formar o educador a meu ver seria criar condições para que o sujeito se prepare filosófica, científica, técnica e afetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Para tanto, serão necessários não só aprendizagens cognitivas sobre os diversos campos de conhecimentos que o auxiliem no desempenho do seu papel, mas – especialmente – o desenvolvimento de uma atitude dialeticamente crítica sobre o mundo.

Decerto que a formação está pautada em um arcabouço sociológico, psicológico, filosófico, histórico, entre outros, que não se dá por mera acumulação de conhecimentos. É uma conquista permeada por muitas ajudas, tanto dos mestres como também de livros, pesquisas e conversas com professores.

Dentro dessas perspectivas supracitadas, o curso Normal Médio na GRE Litoral Sul tem contribuído para a qualidade da educação da região, sendo uma formação relevante na rede estadual de ensino. Os profissionais entrevistados afirmam que:

Tem contribuído a partir do momento em que as professoras elas saem do curso com... é como é que eu posso dizer, é... habilitadas pra exercer a função porque é dentro das disciplinas que elas estudam, elas têm um... direcionamento em todos os aspectos é na questão da mediação do ensino, na questão da afetividade, então é um curso que eu acho que todo o professor, dependendo do curso que ele tenha é deveria passar por ele.(P1)

É acho importante sim, é porque a rede estadual hoje ela é responsável pelo ensino médio, então o normal médio fazendo

parte desta modalidade, é importante que continue na rede estadual de ensino, é, no entanto precisa se rever algumas coisas, se ter mais um olhar do próprio sistema para o curso Normal Médio para que a gente possa formar bons professores. (G3)

Tem contribuído bastante, né, tendo em vista que antes quem atuava nas séries iniciais era sempre quem apenas concluía o ensino médio, o que não dá uma base pra realmente você desenvolver todo o pedagógico, tanto em sala de aula como na escola com um todo, então a questão psicológica, sociológica, tudo do aluno muitas vezes era deixado de lado, porque o formando do ensino médio ele não tem esse domínio, não tem essa preparação, essas peculiaridades, já o aluno que faz o normal médio ele consegue ter uma bagagem mesmo que ainda inicial que a gente sabe que não é a mesma de uma formação acadêmica, mas ele já tem, ele já consegue definir algumas questões, tem algumas apropriações e já pode trabalhar isso melhor. (P2)

Sim apesar das dificuldades que eles encontram realmente pela falta de oportunidades dadas pelos municípios é uma queixa deles que falam constantemente. Muitas vezes eles têm o normal médio e são excluídos do sistema de ensino, que não dá essa oportunidade, mas aqueles que conseguem atuar nos municípios ou na rede mesmo particular esses são sempre referências. (P3)

Eu acredito que a formação continuada voltada para o normal médio, assim que... eu tenha ciência, não existe precisa realmente de iniciativas e de momentos sistemáticos de formação continuada voltadas para as turmas de normal médio, pra educadores do normal médio. (G5)

A formação profissional do professor é construída nos cursos de Habilitação ao Magistério em nível médio e superior. Nessa formação, os alunos futuros docentes precisam de uma formação que lhes possibilite ter uma compreensão profunda das questões científicas, ou seja, tanto a formação de referência teórica quanto das questões práticas.

[...] o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais (PIMENTA, 2005, p.24).

É o que afirma também a professora de prática pedagógica:

É... principalmente na atuação delas em sala de aula né, que é o período de estágio, que elas vão levando que dizer, aulas mais inovadoras e repassa para os alunos das escolas municipais, então a atuação na prática né em sala de aula, eu acho que dá um bom resultado. (P4)

Todos os aspectos referentes aos conteúdos buscam se articular em consonância com a teoria e a prática. Estes elementos não deveriam andar isolados, pois todas as disciplinas teórico-científicas se referem à prática escolar, assim como as disciplinas de caráter técnico/prática não se reduzem ao mero domínio de técnicas e regras, mas implicam nos aspectos teóricos. Assim como também favorecem a teoria os problemas e desafios da prática que vão surgindo na formação inicial e na atuação profissional. Isso possibilita refletir que essa formação profissional propõe uma inter-relação entre a teoria e a prática, uma vinculada à outra, a primeira diretamente ligada aos problemas reais postos pela experiência da última. Uma ação prática orientada teoricamente.

Segundo documentos do INEP (2002), a questão central relativa à formação inicial dos professores no curso Normal Médio está justamente na necessária e complexa relação a ser estabelecida entre a teoria e a prática. Nesse sentido, busca-se uma postura na formação dos professores na Escola Normal que leve esse futuro profissional a uma prática consolidada, visto que a sua construção se deu e se dará na reflexão e na resignificação da práxis. Como afirma Freire (1996, p. 38): “A prática docente crítica implica do pensar certo, envolve o movimento dinâmico dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

É, portanto, compreendendo a prática de ontem e a de hoje de maneira crítica que o professor constrói a prática posterior. Freire (1996, p.64) afirma que é preciso “uma reflexão crítica sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos”. Isso, é claro, requer uma profunda disponibilidade e uma consciência de sua formação como processo, que vai se consolidando sendo construída constantemente através da prática pedagógica.

Por outro lado é presente a concepção de que: “[...] é preciso primeiro dar ao aluno, no caso ao futuro professor, a teoria, e depois, então, dar a ele uma instrumentalização para aplicar o que aprendeu.” (GATTI, 2000, p.55)

Essa concepção na formação de professores contrapõe a ideia de que a teoria e a prática são indissociáveis. É preciso, portanto, refletir que uma dá suporte à outra, numa relação, como Soares defende, dialética, em que as duas estão em constante articulação.

Assim sendo, segundo Pimenta (2006, p.92-93):

A contraposição entre teoria e a prática tem se apresentado de várias formas. A teoria se vê a si mesma como tão onipotente em sua relação com a realidade que se concebe como práxis, onde a prática é concebida mera aplicação ou degradação da teoria. [...] a atividade prática que hoje é fonte de teoria exige uma prática que ainda não existe e, portanto, a teoria (projeto de uma prática inexistente) determina a prática real e efetiva. Por outro lado, a teoria que ainda não está em relação com a prática, porque se adianta a ela, poderá ter essa relação posteriormente – nova teoria, a partir de nova prática e assim por diante.

Diante disso, há uma necessidade nos cursos de formações de professores de que haja uma justaposição entre a teoria e a prática. Essa prática pode ser valorizada enquanto componente formador, como afirma Veiga (2006, p. 471):

Ao valorizar a prática como componente formador, em nenhum momento assume-se a visão dicotômica da relação teoria-prática. A prática profissional da docência exige uma fundamentação teórica explícita (...) a prática é o ponto de partida e de chegada do processo de formação.

Torna-se claro que a formação desses futuros professores se pauta por uma formação teórico/prática, visto que a necessidade da atuação docente leva esse profissional a uma ação reflexivo-crítica. Considerando a reflexividade como uma ação comum a todo ser humano, “a reflexividade é uma autoanálise sobre nossas próprias ações, que pode ser feita comigo mesmo ou com os outros” (LIBÂNEO, 2005, p.55). Ou seja, contextualizar essa posição que compreende um projeto humano emancipatório é uma formação que se postula sobre a mediação. De modo que propicia uma formação de professores com

consciência, capazes de construir um discurso que possibilite a ressignificação da formação da identidade profissional e a construção e formação de cidadãos críticos, capazes de atuar construindo a sua história e intervindo de forma concreta na sociedade, a partir de uma reflexão-crítica da realidade.

2.3 O Currículo do Curso Normal Médio *versus* a realidade vivenciada

O currículo do curso Normal Médio no Estado de Pernambuco foi pensado e consolidado por meio de um processo de construção coletiva⁴ e democrática, envolvendo professores/as de todas as regiões do estado. Tomou forma através de um documento denominado Referenciais Curriculares para o Curso Normal Médio. Eliete Santiago denomina currículo como “[...] a expressão da política educacional que resulta do diálogo entre os diversos campos de conhecimento e do confronto de interesses de grupos que se instalam na escola/sala de aula” (1998, p.40). Ao perguntar aos profissionais das escolas sobre suas visões a respeito do currículo do Curso Normal em nível Médio, obtivemos as seguintes respostas:

[...] Com relação ao currículo para o município é o ideal. (G2)

O Currículo hoje é bastante rico, contempla todas as modalidades do ensino fundamental, EJA, educação infantil, anos iniciais, tudo isso ele vê né, as didáticas e leis, tudo isso eu acho que é uma formação bem mais completa que em tempos atrás. (G3)

Eles afirmam que o currículo supre as necessidades dos municípios, inclusive falam que, por causa desse currículo, a formação do professor da Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica é bem mais completa do que há anos. Para Silva (2005, p. 15): “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”.

⁴ Nesses momentos, foram realizados seminários, como o de 2002: “Reforma do Curso Normal Médio: da Concepção à Ação”; em 2005 houve momentos de formação continuada que promoveram a reflexão sobre o diálogo entre as diversas Áreas/Núcleos do Conhecimento que compõem o Curso; em 2006: “Ressignificando os Referenciais Curriculares do Curso Normal Médio”.

Sacristán⁵ (2000 *apud* SEED, 2003, p.15) concorda com a definição de Silva (2005) quando afirma que o currículo é:

[...] conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução da mesma [...]

Silva (2005) e Sacristán (2000) concordam que os currículos não são apenas conteúdos, mas são processos permeados por culturas, saberes, conhecimentos escolares na prática de sala de aula, momentos e espaços importantes que enriquecem a ação dos profissionais da educação, estimulando a formação do conhecimento pedagógico dos professores e futuros professores, no caso dos alunos do Curso Normal em nível Médio. A gestora fala sobre a contribuição desse currículo para a qualidade da formação do profissional:

[...] haja vista que as disciplinas do currículo hoje elas atendem a uma demanda do que eles vão encontrar lá fora, eles têm disciplinas que estão ajudando a eles a ter essa preparação para trabalhar com a educação especial pra trabalhar com jovens e adultos, eles têm disciplinas que estão preparando, percebo que há realmente uma boa preparação em sua formação. (G4)

Contrapondo a visão da gestora anterior, o gestor se posiciona:

Eu acredito que o currículo esteja precisando de reformulações, mas em parte atende sim à necessidade, porém é sua estruturação deve ser revista com base em perspectivas atuais da comunidade, da sua realidade. (G5)

Outro Gestor enfatiza: “Nós consideramos que o currículo é adequado. A cada ano os estudiosos vêm analisando e quando necessário fazem as mudanças necessárias” (G6).

⁵SACRISTÁN, J.G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.

A Técnica da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco se posiciona:

Ele atende hoje todas as diversidades, nós temos a representação da educação infantil que é o norte da formação e os anos iniciais do ensino fundamental. A matriz curricular é formada de áreas e núcleos, os núcleos são pedagógicos e as áreas são de conhecimentos, então hoje não se percebe desde a Lei 9394/96 não se percebe fazer um trabalho aonde o ensino médio as áreas de conhecimentos sejam dissociadas da formação profissional. Trazer o eixo do trabalho, mas não o trabalho aí na perspectiva do mercado, o trabalho na perspectiva educativo dentro do seu processo, isso a matriz do normal médio traz, traz a pesquisa enquanto um eixo estruturador pedagógico é tanto que você tem na orientação curricular do normal médio dentro dessa matriz a construção do trabalho de conclusão de curso, então tudo visando que o professor não é só um profissional que vai transformar conhecimento científico em conhecimento escolar, mas também é um profissional pesquisador, que esta sempre pesquisando seus conhecimentos e renovando suas atividades, neste sentido cumprir é claro que se faz necessário não sei agora mas pode ser mais adiante, ressignificações a partir dos contextos sociais que nos apresenta seja ele a nível estadual ou seja ele a nível nacional, isso é normal para qualquer matriz curricular que compõem uma área a partir das situações que o estado ou a nação esta passando que precisa de ressignificação e conhecimentos, ou outros. (T2)

Percebe-se que o currículo no Curso Normal em nível Médio vem possibilitando aos alunos nos campos de estágio e após a conclusão do curso contribuir de forma qualitativa para o processo ensino-aprendizagem, quer seja na EJA, na zona rural, na Educação Infantil, na educação especial, ou nas séries iniciais da educação.

Eisner⁶ (1979, *apud* SACRISTÁN, 2000, p. 123), esclarece:

[...] que o ensino é o conjunto de atividades que transformam o currículo na prática para produzir a aprendizagem, é uma característica marcante do pensamento curricular atual, interar o plano curricular à prática de ensiná-lo não apenas o torna realidade em termos de aprendizagem, mas que na própria atividade podem se modificar as primeiras intenções e surgir novos fins [...]

⁶ EISNER, Elliot W. (1979) "The contribution of painting to children's cognitive development". *Journal of Curriculum Studies*, vol. 11, nº.2, pp.109-116.

Contudo, entende-se que é também através do ensino que se transforma o currículo como elemento que facilita a aprendizagem. Segundo Santiago (1998, p. 39), o currículo “enquanto movimento institucional toma corpo e plasma pelas e nas ações de educadores e educandos”. Caso isso não ocorra, o currículo passa a não ter sentido/significado para os sujeitos.

2.4 Gestão Escolar: Desafios e dificuldades no Curso Normal em nível Médio

O Curso Normal em nível Médio no estado de Pernambuco, especificamente na GRE Litoral Sul, de acordo com os Referenciais Curriculares para o Curso Normal Médio (2006), por sua natureza profissional, requer uma reorganização do ambiente institucional. A responsabilidade de uma formação de qualidade requer não só uma postura diferente do professor formador, mas principalmente que o espaço formador deva se adequar às necessidades e especificidades do curso Normal. Diante das exposições dos diversos profissionais da educação nas entrevistas, podemos perceber que alguns dos fatores dificultadores para a formação de professores em nível médio são os seguintes:

Existem fatores dificultadores, por exemplo, uma sala só para o normal médio, eu acredito que deveria ter outro fator a questão financeira vir uma verba específica para o normal médio, voltado para os trabalhos do normal médio, porque os alunos trabalham muito a questão de projetos, estágios, então requer muito esses materiais, mas além disso também um acervo, voltado para a pesquisa, levando em consideração porque eles fazem pesquisa para o TCC. (P6)

É eu acredito que um dos fatores mais difíceis é a questão do acervo bibliográfico, porque infelizmente o curso do Normal Médio ele não tem um acervo totalmente direcionado para o curso, então as alunas quanto os professores elas tem que fazer de certa forma malabarismo pra poder da conta dos conteúdos que elas têm que vivenciar em sala de aula, então os únicos recursos que a gente tem geralmente é a internet e alguns livros [...] (P1)

É principalmente a falta de materiais. Em relação, por exemplo, digamos de um laboratório de pesquisa, uma biblioteca

adequada para o curso, que nós não temos. A questão de recursos didáticos, livros mesmo que eles possam desenvolver pesquisas, principalmente para o TCC que eles não têm esses livros e a gente encontra uma grande dificuldade. O nosso laboratório também que poderia ser uma fonte de pesquisa e nós estamos com essa dificuldade e nossos estudantes, temos muitos estudantes da zona rural, mesmo tendo tablet, mas eles não têm internet aí dificulta muito o nosso trabalho. Existe muito essa questão de falta de material, do incentivo ao normal médio, ao próprio estudante que muitas vezes fica desmotivado por não ter segurança no próprio curso. (P3)

É... como desafio eu acredito, o material didático específico para a área, além disso um espaço, onde possa socializar com outras turmas o material vivenciado do normal médio e o acervo da biblioteca com livros paradidáticos específicos para a formação de professores. (G5)

Existem fatores dificultadores com relação à questão de investimentos, investimentos de materiais adequados, nos quais eles podem utilizar em sala de aula. (P4)

Os professores e gestores elencam como dificultadores do processo de formação no curso Normal em nível médio: a falta de um espaço adequado para trocas de atividades entre as turmas; ausência de um laboratório possivelmente de informática para pesquisa, que favorecerá a construção de projetos e do TCC; falta de material didático adequado; e ausência de acervo da biblioteca específico para a pesquisa dos alunos normalistas. O estado, de acordo com o explicitado na Resolução Câmara de Educação Básica, através de sua proposta pedagógica:

[...] deve assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas necessárias ao exercício da atividade docente que sob a ótica do direito, possibilite o compromisso dos sistemas de ensino com a educação escolar de qualidade para as crianças, os jovens e os adultos. (Resolução CEB 2/99)

De acordo com o explicitado acima, algumas escolas sentem essas dificuldades quanto aos espaços de formação e aos investimentos. O estado, tanto no tangente às questões financeiras quanto ao apoio e aos materiais didáticos e livros específicos, não cumpre a Resolução CEB 2/99 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na

modalidade Normal. Sobre a importância da gestão escolar, Heloísa Lück ressalta:

A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais globalmente, e se busca abranger, pela visão estratégica e de conjunto, bem como pelas ações interligadas, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam de modo interdependente. (2000, p.8)

Os problemas e fatores que permeiam o curso Normal Médio devem ser vistos pela gestão da escola. Por sua vez, a gestão, seguindo as ideias de Lück (2000), deve buscar o diálogo, a parceria e a reflexividade, bem como objetivar ações articuladas de forma intercalada para, desse modo, alcançar o sucesso escolar.

Todos esses fatores podem influenciar a opção do aluno de não seguir a carreira de professor. Tais fatores, construídos no próprio curso, podem ser caracterizados como: o reflexo das imagens e mitos gerados no meio da sociedade; o descuido com que é tratado o magistério brasileiro; a falta de recursos nas escolas que atuam com a modalidade Normal; a ausência de acervo pedagógico nas bibliotecas; ou, por outro lado, a formação permanente dos professores formadores do curso Normal em nível médio. Os entrevistados também, quando perguntados nas entrevistas, falaram um pouco sobre os desafios da formação de professores em nível médio. Vide exemplos abaixo:

Ao meu ver, o maior desafio é garantir a permanência deles no Curso com entusiasmo e com a intenção do início, eles vêm sabendo que o curso prepara para ser professor, é um curso de 4 anos, então eu percebo que o grande desafio é mantê-los nesse foco de estar aqui entrando no 1º ano, sair do fundamental sem muita clareza do que é o curso e esta permanência com este foco de que está sendo formado para a profissão de professor. (G4)

O maior desafio atualmente que vejo é a questão de demanda é... a quantidade de alunos matriculados está impedindo a criação de novas turmas, além disso é... a política, a política atual das escolas de referências em ensino médio, impedem a criação também de novas turmas nas escolas de referências. (G2)

A fala da Gestora G4 nos remete a uma reflexão sobre a construção da identidade do professor dentro do curso de formação, neste caso, o Curso Normal em nível médio. Segundo Pimenta (2002, p. 18):

A identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de Professor, como as demais, emerge em dado contexto e momentos históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades adquirindo estatuto de legalidade.

Pimenta (1997) afirma ainda que a construção da identidade está ligada às necessidades da realidade e:

[...] Constrói-se também, pelo significado que cada professor, como ator e autor confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, suas representações, seus saberes, suas angustias e seus anseio, no sentido de que tem em sua vida o ser professor, bem como em sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA, 1997, p. 42)

Tanto as palavras de G2 quanto de G4 evidenciam os desafios do curso de formação de professores. Os alunos podem não procurar o curso ou se matricular e não concluírem com entusiasmo, pois, mesmo estando em processo de construção de sua identidade enquanto futuros profissionais da educação, podem já ter conhecimento da desvalorização do profissional docente, caracterizada pelos baixos salários e más condições de trabalho. Freire (2003, p.48) afirma: “Obviamente reconhecer a importância de nossa tarefa não significa pensar que ela é mais importante entre todas. Significa reconhecer que ela é fundamental. Algo mais: indispensável à vida social.” Tal afirmação nos leva a refletir que a sociedade deveria reconhecer a contribuição do educador na construção da cidadania, na sensibilização, formação e emancipação dos sujeitos críticos, capazes de intervir na sua realidade.

No curso Normal em nível Médio, pelos documentos consultados e pelos relatos, não existe dentro da escola, legalmente, um profissional que acompanhe e monitore esse curso de formação. Acerca disso, veremos o que os diversos atores da escola pensam e afirmam a esse respeito:

É a priori o responsável deveria ser o educador de apoio, mas como nós temos uma professora de dedicação quase exclusiva com quase todas as disciplinas da parte pedagógica é de responsabilidade dela, está tudo direcionado para esta professora..., professora de prática pedagógica. (G2)

Geralmente quem acompanha é o próprio professor de prática, ele é quem faz esse trabalho. (G3)

[...] mas acredito e delego esse caminho de acompanhamento mais ao professor que é responsável pela prática pedagógica por ser ele o condutor lá na avaliação do TCC, então esse professor tá na condição, está analisando as produções científicas dos estudantes, teria sim na minha visão esse papel de mobilizador, de encaminhar as ações, estar observando as situações de melhoria para o curso, [...] (G4)

Nas unidades Escolares existe o profissional que é o professor de prática pedagógica, que, juntamente com a ajuda do Educador de Apoio, desempenham importantíssimas ações de acompanhamento e condução do curso. Além de acompanhar, o professor de prática pedagógica ele completa sua carga horária em outras disciplinas. (G7)

É a professora de prática pedagógica ela acompanha e é responsável por monitorar toda elaboração de atividades feitas na sala de aula e também nos momentos de estágios. (G5)

O professor de prática pedagógica tem um papel relevante na formação de professores em nível médio. É ele que encaminha os educandos para o campo de estágio, ministra outros componentes curriculares e, ainda, é organizador e orientador do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso. Em outras palavras, ele dá vida ao curso. Segundo a professora, o papel do professor de prática pedagógica nas escolas atualmente é:

O papel do professor de prática na verdade é se ocupar da prática e também de todas as disciplinas, todas as outras didáticas e muitas vezes além de atuar no curso Normal Médio atuam ainda no ensino médio para completar a carga horária, o que dificulta bastantes a questão de prática, porque não consegue se doar mais para a prática pedagógica por conta das outras questões burocráticas e das outras disciplinas também, e o TCC, a orientação do TCC, é como se fôssemos na verdade, estivéssemos exercendo duas funções de ensinar a prática e as outras disciplinas e em contrapartida a isso, trabalhar também o TCC. (P2)

O professor e os gestores entrevistados deixam transparecer, em seu discurso, a importância do professor de prática pedagógica para o curso Normal Médio, bem como as atribuições deste profissional, que são tantas: encaminhar os alunos para os estágios, ministrar as disciplinas pedagógicas e, muitas vezes, para completar a carga horária, lecionar no ensino médio regular. Eles também são responsáveis por orientar os TCCs dos alunos, monitorar e acompanhar o curso, e organizar toda a cerimônia de defesa/apresentação do TCC.

Os documentos Referenciais Curriculares para o curso Normal em nível Médio do estado de Pernambuco apontam para a relevância da Prática como articuladora das demais disciplinas e como elemento de reflexão da profissão docente:

No que diz respeito ao núcleo curricular, a Prática se propõe ao estudo sobre o saber, o fazer e o saber-fazer pedagógico, envolvendo articuladamente suas dimensões política, estética, técnica e ética, situadas num contexto socio-histórico, tendo como eixos norteadores o diálogo, a reflexão e a atitude, construídos através da ação interdisciplinar, que busca a formação do profissional solidário e com autonomia intelectual. Desse modo, é um núcleo que propõe, através da articulação entre suas disciplinas e com os demais núcleos e áreas curriculares, a reflexão sobre a própria profissão docente, suas condições de desenvolvimento e seus estruturantes, possibilitando ao professor/a em formação não apenas conhecer os saberes necessários ao desenvolvimento da ação docente, como também a construção/sistematização de novos saberes, a partir da relação estabelecida entre o que é observado no campo de estudo e os elementos teóricos construídos na escola formadora. (Referenciais Curriculares para o Curso Normal Médio, 2006, p.26)

Na Gerência Regional existe também um técnico que acompanha o curso Normal em nível médio, que é evidenciado na fala do Gestor:

Na Regional existe um técnico que através de visitas constantes às escolas vem acompanhar e dar suporte de forma intensa às ações do Normal médio e que também vem a se intensificar e fortalecer com as realizações de monitoramentos, orientações e formações continuadas. (G1)

Percebemos que, na verdade, existe esse técnico, todavia não há exclusividade para acompanhar o curso Normal. Devido à grande demanda

que existe na regional, esse técnico também é responsável por outras atividades, ficando o curso de formação de professores em nível médio com pouco acompanhamento e orientação.

Nas escolas jurisdicionadas pela Gerência Regional, há uma preocupação sobre a continuidade ou não do curso Normal Médio, bem como se o estado pensa em extinguir esse curso. Três profissionais da educação enfatizam:

Existe demanda porque nós temos escolas do normal médio em todas as regionais, também existiu agora uma demanda do MEC, que vai da escolarização do estudante a partir dos 04 anos de idade e aí o que a gente percebe é que nem toda cidade tem autarquias, faculdades ou universidades, é mais um motivo para a gente dar continuidade ao ensino do normal médio para atender essa demanda, que logo vai ressurgir para nós. Sou uma admiradora entusiasta do normal médio e politicamente não existe nenhuma definição para extinguir o normal médio no estado de Pernambuco. (T1)

Como existe uma considerada carência de professores nesta região e como os profissionais da educação com especialização por vezes não querem ir para a zona rural, fica a cargo desses alunos formados no ensino Normal Médio assumirem a docência nestas localidades. (G1)

Eu acredito que sim porque pela LDB 9394 lá no artigo 62 ele expressa que no mínimo de certificação que você tem que ter para exercer a profissão docente para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental é o normal em nível médio, então isso garante que o curso permaneça, se assim for necessário também temos faculdades que oferecem a formação superior, ela não é descartada, faz parte desse artigo, mas se no local não tem o profissional de nível superior, mas tem o profissional de nível médio também habilitado.[...]
(T2)

Com base na fala da técnica, percebemos o quanto o curso Normal médio no estado de Pernambuco é importante para a rede municipal de ensino e para a rede privada diante da grande demanda de professores para a Educação Infantil, Creches e Ensino Fundamental anos iniciais. É o que se evidencia também nas falas dos gestores entrevistados:

Eu percebo que é relevante a Secretaria Estadual de Educação manter o curso de formação de professor em nível médio, considerando que ainda temos uma população, uma camada

popular que termina seu curso e não tem chance de ir para a faculdade, considerando também que há no município creche da educação infantil, ensino fundamental do 1º ao 5ºano e não existe uma demanda pelo menos na nossa realidade de município, uma demanda de professor formado em pedagogia que atenda a essas escolas, então é importante sim que o estado mantenha esse curso, formando esses professores e qualificando sim, a meu ver, eles saem daqui com condições de atender as crianças de educação infantil a nível de pré-escola e também do 1º ao 5º ano. (G4)

É acho importante sim pra rede estadual, hoje ela é responsável pelo ensino médio, então o normal médio fazendo parte dessa modalidade, é importante que continue na rede estadual de ensino. É... no entanto precisa se rever algumas coisas, se ter mais um olhar do próprio sistema em si para o curso normal médio para que a gente possa formar bons professores. (G3)

Podemos perceber, nas falas, que a universidade ainda não dá conta da demanda que existe no interior do estado. A região Litoral Sul pernambucana também não é muito diferente das outras regiões do Brasil. Fato confirmado pelas entrevistadas:

[...] até por que nós tivemos alguns estados que logo no início da Lei por interpretação errônea extinguiram o curso, porém em 2006 e 2007 retorna com o curso porque sentiu necessidade de profissionais habilitados, de profissionais com condições de trabalhar com aquela clientela de crianças. (T2)

Eu faço parte do GT do normal médio do MEC, então nós estamos fazendo um estudo no Brasil inteiro, eu sou a representante do nordeste, e a proposta do MEC é dar continuidade, ampliar e dar outra sustentabilidade ao normal médio, já também prevendo essa nova legislação do ingresso da criança na escola mais cedo. (T1)

Sobre a responsabilidade das instituições que formam professores, Guimarães (2004, p.18) explica:

[...] é urgente que as instituições que formam professores se deem conta da complexidade da formação e da atuação consequentes desse profissional. Além do conhecimento seguro da disciplina que ensina, da compreensão e de certa segurança para lidar com a mediação do processo ensino-aprendizagem, das convicções a serem desenvolvidas em relação ao caráter ético-valorativo da sua atividade docente,

vão se agregando outras habilidades afirmadas como necessárias ao desenvolvimento adequado de sua atividade profissional.

Pensar na construção desse profissional é, ao mesmo tempo, conduzir uma análise profunda das práticas de formação de professores difundidas por várias Escolas Normais no Brasil. A Resolução da CEB, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Nível Médio na modalidade Normal, preconiza as capacidades que os professores deverão desenvolver com a formação de ensino médio. Consta da seguinte forma no seu artigo 2º:

[...] das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e médio, deverão preparar professores capazes de:

II- investigar problemas que se colocam no cotidiano escolar e construir soluções criativas mediante reflexões socialmente contextualizada e teoricamente fundamentadas sobre a prática.

III- desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserção do aluno futuro professores e dos estudantes da escola campo de estudo no mundo social, considerando abordagens condizentes com as suas identidades e o exercício da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade socioeconômica, das diversidades culturais, étnicas de religião e de gênero, nas situações de aprendizagem. (1999, p. 115).

Com isso, pode-se analisar que o Curso Normal deve ter uma política de formação ampla, com a finalidade de preparar o futuro professor para lecionar nas séries iniciais da educação básica e educação infantil.

Segundo os entrevistados, a formação de professores no curso Normal Médio na GRE Litoral Sul, no Estado de Pernambuco, está atrelada à necessidade de formação continuada para os professores formadores do curso. Uma vez que esses professores precisam repensar a prática pedagógica, as didáticas, a importância desses futuros professores no processo ensino e aprendizagem, e a contribuição de uma educação infantil e fundamental de qualidade.

Percebe-se, diante do que foi analisado, o papel relevante do Professor de Prática Pedagógica para o curso supracitado. Nota-se também que o excesso de disciplinas ministradas atropela um acompanhamento e uma

orientação, tanto do estágio quanto do TCC, mais dinâmicos, responsáveis e qualitativos no processo da formação de uma identidade profissional.

Outra revelação foi gestores, técnicos e professores perceberem uma demanda específica de alunos que poderá ser organizada por meio de um planejamento de matrícula tanto da Regional quanto da própria escola formadora.

Mediante o que foi exposto, a formação continuada dos professores que atuam no curso, a valorização do professor de prática pedagógica e a organização das escolas diante de uma demanda específica são elementos que nos permitem, no Capítulo 3, propor um Plano de Ação Educacional.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: NOVOS CAMINHOS PARA O CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Esta pesquisa teve por objetivo compreender o curso Normal Médio nas escolas jurisdicionadas pela Gerencia Regional do Litoral Sul. O referido curso forma professores em nível médio, para atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O primeiro capítulo foi centrado na descrição do caso de gestão. Além de contextualizar o Curso Normal Médio no Litoral Sul pernambucano, foram abordados seus momentos históricos tanto em âmbito nacional quanto estadual, a sua organização e o programa federal PROEMI, que veio dar um suporte financeiro. Desta forma, abordamos o desenho do curso no estado de Pernambuco, buscando compreender sua funcionalidade, bem como sua contribuição na melhoria do ensino.

No segundo capítulo, buscou-se aplicar uma metodologia científica que pudesse investigar de forma qualitativa por meio de documentos e entrevistas conduzidas à luz do referencial teórico. A partir de tal análise, foi possível refletir a respeito de achados relevantes para a formação de professores, no Curso Normal Médio.

Finalmente, neste terceiro e último capítulo, de posse das revelações da pesquisa, apresentamos uma proposta de ação condizente com os

resultados obtidos, visando propor estratégias que venham contribuir de forma positiva com a qualidade da formação de professores no curso Normal Médio na Gerência Educação Litoral Sul, no estado de Pernambuco.

O Curso Normal do estado de Pernambuco tem um diferencial, pois ele está permeado pela “prática”, como eixo importante da formação. Diniz-Pereira (2011, p. 204) afirma: “as propostas curriculares elaboradas, desde então, procuram romper com o modelo anterior, revelando um esquema em que a prática é entendida como eixo dessa preparação”. A prática pedagógica é ofertada aos alunos a partir do primeiro ano do curso e segue até a conclusão, o que possibilita ao aluno conhecer a escola e sua dinâmica.

Dessa realidade deriva a importância do professor de prática pedagógica, uma vez que o mesmo está com os alunos do início ao fim do curso, encaminhando-os para os estágios e proporcionando os debates acerca da prática vivenciada e da teoria estudada. Ele é o profissional que está mais perto do aluno, conhece os problemas e desafios do curso e da formação profissional no Brasil.

A gestora G6 na entrevista, quando perguntada sobre a importância da formação no curso Normal Médio, afirma que não existe formação para os professores formadores, como expresso a seguir:

Porque não tem uma formação continuada para que esses professores estejam repassando para esses alunos. Porque de qualquer forma é o mundo que nós estamos vivendo necessita de professores que tenham essa vivência, que eles tenham essa consciência de que a formação para qualquer professor é indispensável, e muito mais para um professor que está formando professores, que está formando um profissional que vai trabalhar com a educação (G6).

Percebe-se o destaque dado pela entrevistada para a formação continuada dos professores formadores, caracterizando um elemento importante tanto no fortalecimento da escola quanto na prática do formador e na construção da identidade profissional dos alunos. Isso porque eles irão atuar na Educação Infantil e no Ensino Infantil, tanto na área urbana quanto na rural, onde ministrarão aulas na educação especial, na educação de jovens e adultos e nas comunidades quilombolas e indígenas, em escolas públicas e particulares. Este é o contexto complexo e político em que os futuros

professores irão atuar, que exigirá desses alunos qualificações cada vez mais críticas e reflexivas.

Portanto, necessitamos reconhecer que são indispensáveis o aprimoramento dos docentes e uma proposta de formação que atenda às perspectivas da comunidade, posto que os docentes almejam obter melhores conhecimentos em seu rumo profissional e buscar a melhoria do ensino para valorizar as boas práticas didáticas e a reflexão sobre elas.

Algumas preocupações fundamentais nortearam nosso trabalho e vale a pena voltar a afirmá-las. Procuramos considerar que, para a profissionalização de futuros professores, é necessário um laboratório pedagógico, como espaço para aperfeiçoamento da prática pedagógica. Além disso, se fazem necessários acervos na biblioteca de livros com temas voltados para a formação docente, recursos financeiros para dar suporte aos projetos e às atividades afins, formações continuadas tanto na GRE quanto na própria escola, bem como mais profissionais na função de coordenador do curso para monitorar e acompanhar a formação de professores. Quanto à forma de gestão, é preciso discutir quais são as disciplinas necessárias, a distribuição e seleção de conteúdos, a carga horária e outros aspectos encontrados na pesquisa.

Vale ressaltar que, para que as propostas aqui elaboradas intervenham no âmbito da gestão das instituições como um todo, é preciso que elas apoiem e permitam o trabalho de todos os formadores de professores de forma integrada e articulada.

3.1 Proposta do Professor de Prática Pedagógica como coordenador do curso Normal Médio

Após as entrevistas, visitas às escolas e à Secretaria Estadual de Educação, notamos que no curso Normal Médio o professor de prática pedagógica é o principal profissional da escola, apesar de ministrar outras disciplinas, inclusive em outras modalidades, para cumprir o total de carga horária. A ele os gestores entregam o acompanhamento, o encaminhamento

para o campo de estudo, a orientação dos alunos e a organização da banca do TCC.

O professor de prática pedagógica tem sido o articulador/mediador entre os alunos/escola e campo de estágio, fazendo o contraponto entre a prática vivenciada nas escolas e o conhecimento sistematizado por meio dos teóricos. Ele é quem possibilita caminhos para que os futuros professores percebam a importância da justaposição entre a teoria e a prática.

O acompanhamento eficaz do professor de prática pedagógica tanto no estágio quanto no TCC poderá proporcionar mudanças e enriquecimento às práticas pedagógicas dos alunos, pois é no estágio que os alunos encontram subsídios para, juntos com o professor de prática, comparar a realidade vivenciada com os escritos dos teóricos. Desta forma, avaliam sua própria atividade de profissional docente, uma vez que:

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por intermédio do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão [...]. A experiência provoca, assim, um efeito de retomada crítica (retroalimentação) dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional (TARDIF, 2002, p. 53).

Esses professores de prática pedagógica nas escolas jurisdicionadas pela GRE – Litoral Sul têm uma carga de trabalho muito grande, contando com orientações, motivações, resolução de conflitos no campo de estágio e a organização de bancas de defesas. Todavia, não recebem nenhuma remuneração a título de gratificação. É importante que esses profissionais possam, a partir dessa proposta:

1. Ter uma gratificação sobre os seus vencimentos por exercício de função de coordenação de curso;
2. Ensinar apenas as disciplinas de prática pedagógica;
3. Acompanhar os professores formadores nas aulas atividades e orientá-los;
4. Encaminhar e acompanhar os alunos no campo de estágio;
5. Orientar a metodologia científica e, juntamente com o professor da área específica, orientar o TCC;
6. Organizar as bancas de defesa.

Essa ação se justifica pelo objetivo de que o curso tenha um melhor acompanhamento e que a Gerência Regional de Educação possa, por meio do técnico do curso Normal Médio, monitorar, debater, refletir e contribuir com a melhoria da formação docente dentro das unidades escolares.

Todas essas etapas acima especificadas da nova competência do professor de prática pedagógica visam fortalecer o curso Normal em nível Médio e ficam sobre a responsabilidade da Secretaria de Educação.

Essa ação proposta possui previsão de custos, pois sobre os vencimentos dos professores de prática pedagógica incidirá, a título de função gratificada, o valor de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)⁷. A seguir, o Quadro 2 apresenta um resumo das proposições.

⁷ Esse valor da gratificação é um parâmetro baseado nas gratificações por funções no Estado de Pernambuco

QUADRO 2 RESUMO DA PROPOSTA DA NOVA COMPETÊNCIA DO PROFESSOR DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO NORMAL MÉDIO

O que será feito (Etapas)	Transformar o Professor de Prática Pedagógica em Coordenador do Curso Normal Médio.
Por que será feito (Justificativa)	Para que haja um fortalecimento no curso de formação de professores em nível médio.
Onde será feito (Local)	Nas escolas Jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul ou na rede estadual de ensino.
Quando será feito (Tempo)	A partir do início do ano letivo de 2015
Por quem será feito (Responsabilidade)	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Como será feito (Método)	Função gratificada de coordenador do curso Normal em nível Médio, com suas competências, publicada em Diário Oficial do Estado através de portaria.
Quanto custa fazer (Custo)	A Secretaria de Educação terá como custo o valor equivalente a R\$600,00, a título de função gratificada para cada professor de prática pedagógica.

Elaborado pelo autor

3.2. Proposta de Formação Continuada

Por meio das entrevistas dos gestores e professores de prática pedagógica, percebe-se uma grande necessidade de formação continuada para os professores formadores do curso Normal Médio. Esses profissionais anseiam pela atualização de conhecimentos que contribuam para a melhoria do seu fazer pedagógico.

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco tem ofertado, aos professores do ensino fundamental e médio, formações para os seguintes componentes curriculares: matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia e língua inglesa, ficando os demais professores e suas disciplinas sem nenhum tipo de atualização ofertado pela SEE/PE para a prática docente.

Com relação aos professores que lecionam disciplinas pedagógicas das áreas de prática e gestão do curso Normal, não houve nestes últimos três anos nenhuma formação continuada ofertada pela SEE/PE, fator imprescindível para a atuação docente.

A falta de suporte e da formação continuada poderá influenciar de forma negativa na qualidade do ensino e formação de futuros professores. Candau (1997), Nascimento (2000) e Pimenta (2002), entre outros, são autores que apresentam discussões sobre o processo de formação continuada de professores, apontando para a necessidade do professor estar sempre se qualificando, melhorando sua prática docente e seu conhecimento profissional.

Essa realidade poderá ser modificada por meio de duas ações: a) Formação continuada para os professores formadores e coordenadores do Curso Normal Médio das áreas de gestão e prática; b) Ampliar o acervo de livros voltados para a formação de professores nas bibliotecas das escolas.

A primeira ação sobre a formação continuada deverá acontecer quatro vezes no ano na Gerência Regional de Educação Litoral Sul, em horário integral, ou seja, manhã e tarde, discutindo:

- Os documentos oficiais e resoluções;
- As matrizes e os referenciais curriculares para o Curso Normal Médio do Estado de Pernambuco;
- As Orientações Teóricas Metodológicas - OTMs;
- Os Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco;

- A Prática Pedagógica e o Trabalho de Conclusão de Curso.

Para realização dessas formações continuadas, a técnica pedagógica do Normal Médio da GRE – Litoral Sul produzirá um plano de trabalho que será encaminhado à Gerência do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco para aprovação e liberação do recurso, referente a almoços e deslocamentos dos professores.

Essa proposta de formação continuada propiciará aos professores e coordenadores do curso Normal Médio a oportunidade de conhecer e discutir as resoluções, os documentos oficiais, os referenciais curriculares, as OTMs e a prática pedagógica. Além disso, tem o objetivo de fazê-los repensar e ressignificar sua prática em sala de aula e sua relevância enquanto formadores de futuros professores que poderão contribuir com e na qualidade da educação brasileira, conforme Quadro 3.

A segunda ação diz respeito a ampliar as bibliotecas das escolas com acervo de livros para a formação de professores. Essa ação servirá de suporte tanto para os alunos quanto para os professores formadores na construção de projetos e do trabalho de conclusão de curso – TCC. Isso porque, segundo os professores e gestores entrevistados, é grande a dificuldade para os alunos de escolas públicas comprarem livros paradidáticos para a pesquisa no processo de formação e, mesmo que eles tenham tablets dados aos alunos pelo governo do estado, eles não possuem internet para fazer pesquisas. Muitos deles são da zona rural, onde essas novas tecnologias muitas vezes não chegam, pela distância e falta de infra estrutura adequada.

Percebe-se que, para os entrevistados, a biblioteca com os livros específicos para a formação de professores é um instrumento indispensável na construção e aquisição de conhecimentos que levarão a uma formação docente mais crítica e reflexiva dos alunos, bem como ao aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nas aulas e à construção de projetos e do TCC.

Essa ação envolverá um custo para a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que poderá firmar parceria com o Ministério da Educação – MEC para aquisição de livros paradidáticos. Os Quadros 3 e 4 mostram as propostas de formação continuada.

QUADRO 3: RESUMO DA PROPOSTA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

O que será feito (Etapas)	Formação continuada para os professores das áreas de prática e gestão e coordenadores do curso Normal médio.
Por que será feito (Justificativa)	Para qualificar o professor formador do curso de formação de professores em nível médio.
Onde será feito (Local)	Na GRE Litoral Sul - Barreiros.
Quando será feito (Tempo)	A partir do início do ano letivo de 2015
Por quem será feito (Responsabilidade)	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Como será feito (Método)	Quatro formações continuadas durante o ano letivo, para atualização e reflexão da prática do professor.
Quanto custa fazer (Custo)	A Secretaria de Educação terá como custo o pagamento de almoço e deslocamentos dos professores e coordenadores do curso, bem como lanches e reprodução de material.

Elaborado pelo autor

**QUADRO 4: RESUMO DA PROPOSTA FORMAÇÃO CONTINUADA:
ACERVO DE LIVROS**

O que será feito (Etapas)	Acervo de livros para a formação de professores para o Curso Normal Médio.
Por que será feito (Justificativa)	Para que alunos e professores utilizem na construção de projeto e do TCC.
Onde será feito (Local)	Nas escolas Jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul ou na rede estadual de ensino.
Quando será feito (Tempo)	A partir do início do ano letivo de 2015
Por quem será feito (Responsabilidade)	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Como será feito (Método)	A SEE/PE entregará em cada escola acervos de livros paradidáticos para o curso Normal Médio.
Quanto custa fazer (Custo)	A SEE/PE terá custo ao comprar livros paradidáticos com enfoque na formação de professores, porém poderá firmar parceria com o MEC.

Elaborado pelo autor

3.3 Proposta de Organização do Curso Normal Médio por Polos

Um dos resultados da pesquisa foi a pequena demanda de alunos que se matriculam no curso Normal Médio em relação aos matriculados no Ensino Médio. Essa realidade não é muito distante da que ocorre nas faculdades de formações de professores, onde a busca pela licenciatura está decrescendo. Na região Nordeste, cursos têm deixado de ser ofertados, pois não existe procura. Os jovens estão procurando graduações que lhes concedam um melhor salário, como relata a entrevistada:

Normalmente começa uma turma com 40 alunos, e quando termina é com 12, 13 alunos, é a questão da desmotivação, eles não querem permanecer porque há uma desvalorização do profissional da educação e alguns professores repassam isso para os alunos, então porque eu vou querer ser professor, se meu professor chega na sala de aula dizendo que ganha mal, que está cansado, que está estressado, e ainda pergunta porque eu vou ser professor (G6).

Essa situação revela a crise na percepção sociocultural do professor. Percebe-se que os municípios ainda apresentam defasagem de professores, principalmente depois da entrada de alunos com 04 anos de idade na Educação Infantil. Percebemos que a falta de divulgação do curso Normal em nível médio se dá parcialmente devido à interpretação equivocada da LDB 9394/96, lei que para muitos decretou a “morte” do Normal Médio.

Por outro lado, percebeu-se nas entrevistas que existem gestores que fazem a divulgação do curso nas comunidades, e a procura tem aumentado significativamente, conforme expressão:

[...] Eles têm tratamento igualitário com o Ensino Médio, não existe distinção, outro diferencial foi o que nós fizemos no período de matrícula, nós temos uma elevação muito grande na quantidade de turmas do Normal Médio, devido à divulgação e propagação desse tipo de modalidade nas redes sociais e também na rádio local (G5).

Vale ressaltar que o curso Normal em nível Médio tanto é oferecido em quatro anos para os alunos que concluíram o 9º ano do Ensino Fundamental, quanto em dois anos com aproveitamento de estudos para os alunos que concluíram o Ensino Médio. Nossa proposta seria a organização da rede, para

oficializar apenas três (03) polos de formação de professores no curso Normal Médio, que seria:

- 01 em uma escola no município dos Barreiros;
- 01 em uma escola no município de Rio Formoso;
- 01 em uma escola no município de Gameleira.

Esta ação contaria com o planejamento de matrícula dentro da Gerência Regional de Educação Litoral Sul, definindo, pelo perfil da unidade escolar, aquela que mais se identifique com o curso de formação de professores. Essa proposta evitaria a falta ou evasão de alunos no curso, assim como possibilitaria um acompanhamento mais efetivo e um maior investimento em formações e acervos de livros, que resultaria na melhoria da formação no curso Normal Médio. Sobre o perfil, esclarece Rego & Melo (2002, p.5):

A principal questão reside no fato de haver uma significativa distância entre o perfil da escola e do professor ideal e o perfil existente para enfrentar as demandas deste novo cenário. E o que é mais grave: uma enorme distância entre os modelos de formação que até hoje vigoram e os modelos que a realidade atual exige.

É concordando com as autoras que justificamos nossa proposta a fim de reorganizar o Curso Normal Médio em polos. A GRE e a SEE/PE, por meio deste novo modelo, podem investir mais, monitorar a formação e entregar à sociedade professores mais qualificados para assumirem a Educação Infantil e anos finais do Ensino Fundamental, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, no interior do estado ou onde houver necessidades de professores. Assim sendo, essa proposta sugerida contribuirá para tornar esse curso mais relevante para a Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco.

Inicialmente para a reorganização não existe custo previsto, uma vez que essa ação se refere a reduzir a quantidade de escolas que oferecem o curso Normal Médio, reorganizando-as em três escolas polos de formação de professores, que também continuarão ofertando o Ensino Médio e a

modalidade EJA Médio, conforme o Quadro 5. A seguir, o Quadro 5 apresenta a proposta da organização do curso.

QUADRO 5: RESUMO DA PROPOSTA ORGANIZAÇÃO DO CURSO NORMAL MÉDIO EM POLOS

O que será feito (Etapas)	Organização do curso Normal Médio em três escolas polos da GRE Litoral Sul.
Por que será feito (Justificativa)	Para que alunos e professores utilizem os espaços na construção de projeto e do TCC.
Onde será feito (Local)	Nas escolas Jurisdicionadas pela GRE Litoral Sul ou na rede estadual de ensino.
Quando será feito (Tempo)	A partir do início do ano letivo de 2015.
Por quem será feito (Responsabilidade)	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, juntamente com a Gerência Regional de Educação.
Como será feito (Método)	Haverá oferta do Curso Normal Médio em três escolas polos nos municípios de Barreiros, Rio Formoso e Gameleira.
Quanto custa fazer (Custo)	Não haverá custo para SEE/PE, haverá reorganização da rede.

Elaborado pelo autor

3.4 Considerações Finais

O curso Normal Médio, como um espaço responsável pela a formação de docentes no Brasil e, especificamente, no Estado de Pernambuco, está suprindo a crescente demanda das escolas públicas e privadas. Atualmente essas escolas necessitam de profissionais atuantes na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidades Educação de Jovens e Adultos fases I e II, Quilombolas, Indígenas e na Educação Especial.

Este estudo se propôs a compreender o curso Normal Médio das escolas jurisdicionadas pela Gerência Regional da Educação – Litoral Sul nos municípios de Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso e Gameleira, para conhecer a formação de professores em nível médio na rede estadual de ensino do estado de Pernambuco.

Apresentamos a abordagem histórica do Curso Normal Médio, sua contextualização no Brasil e especificamente no Estado de Pernambuco, mostrando os entraves e desafios em seu percurso.

Discutimos as políticas públicas e o curso de formação de professores em nível médio, detalhando o curso de acordo com o documento Princípios e Concepções do Curso Normal Médio no Estado de PE. Expomos também sua matriz curricular, o processo de formação da banca de defesa do TCC dos formandos e o recebimento do Diploma de professor.

O Programa Ensino Médio Inovador foi decisivo para o desenvolvimento dessa dissertação. Nas reflexões do Ministério da Educação sobre o curso Normal Médio, percebeu-se a relevância do programa para o curso de formação de professores, contribuindo com recursos financeiros e ampliação da jornada de estudos, a fim de fortalecer a formação inicial dos professores em nível médio.

Enfocamos o curso Normal Médio na Gerência Regional de Educação – Litoral Sul, que é ofertado em seis escolas estaduais, mostrando o quantitativo de alunos por ano de estudo. Bem como relatamos o papel desenvolvido pelo professor de prática pedagógica de acordo com os instrumentos legais da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco - SEE/PE.

Buscamos compreender como o curso Normal está sendo gerido pela GRE Litoral Sul nas escolas da rede estadual de ensino. Para tanto, entrevistamos profissionais importantes para o funcionamento do curso Normal Médio, como professores de prática pedagógica, gestores das escolas, gestor da Gerência Regional e duas técnicas da Secretaria de Educação do Estado.

Com a conclusão do processo de pesquisa e análise, foi possível perceber a importância do Curso Normal Médio na formação dos professores. Também pudemos definir os fatores políticos e administrativos que contribuem para a desqualificação desse tipo de formação: ausência de formação continuada para os professores formadores; falta de acervo de livros específicos para a formação de professores nas bibliotecas; quantidades de escolas que ofertam esse curso no mesmo município; falta de um coordenador que acompanhe essa formação; ausência de recurso financeiro; falta de divulgação e esclarecimentos à comunidade; coordenador com o perfil de curso de formação de professores, entre outros.

Finalmente, foram propostas ações para a organização e o funcionamento adequados do curso na GRE litoral Sul, mas que poderão ser utilizadas pela SEE/PE nas 17 Gerências Regionais de Educação. A primeira posposta diz respeito a tornar o professor de prática pedagógica, por meio de função gratificada, o coordenador do curso. Tal proposta se baseia no fato de que é ele que em seu fazer pedagógico, diante das dificuldades, norteia o curso por meio dos processos de encaminhamento e acompanhamento no campo de estágio, na condução dos alunos à reflexão da prática e da teoria, e na orientação e organização da defesa do TCC.

A segunda proposta é a de propiciar quatro momentos no ano letivo de formação continuada na GRE Litoral para os professores das disciplinas que fazem parte da área de Gestão e Prática, uma vez que eles não vêm tendo momentos de qualificação do seu fazer pedagógico. Também dentro da proposta de formação, é importante a aquisição de livros de formação de professores para os alunos e professores utilizarem nos projetos e na construção do trabalho de conclusão de curso.

Como última ação, propomos a organização da rede, ofertando o curso Normal Médio em três escolas polos nos municípios de Barreiros, Rio Formoso

e Gameleira, para que tanto a GRE quanto a SEE/PE possam investir mais e acompanhar mais de perto o curso acima citado.

Diante de tudo isso, acreditamos ser possível uma mudança significativa e positiva no curso de formação de professores do Normal Médio e na construção de sua identidade. Este estudo buscou não somente compreender o curso no Normal Médio na GRE Litoral Sul, no Estado de Pernambuco, como também levantou questões adicionais a serem estudadas posteriormente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos (Org). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro, FASE, 2003.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí: Unijuí, 2007.p. 74.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador ProEMI 2013 novo.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&qid=13249&Itemid=. Acesso em 20 de jun. 2013

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. (Org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997, p.51-68.

COLOGNESE, S. A., MÉLO, J. L. B. de. **A técnica d Entrevista na Pesquisa Social.** In: **Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRG, v. 9, 1998.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento: algumas hipóteses de trabalho frente à questão tecnológica.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: n.105, p.149-170, abr/jun, 1991.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A prática como componente curricular na formação de professores. Educação, Santa Maria, RS, v.36, n.2, p. 203-218, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3184/2047>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa: saberes necessários à prática educativa.**/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREITAS, M. T. A.(org.) **Narrativas de professores: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica.** Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

FREITAS, Alexandre Simão de. **Os desafios da Formação de Professores do Século 21: competências e solidariedade.** In: Formação Continuada de Professores/ Organizado por Andrea Tereza Brito Ferreira, Eliane Borges Correia de Albuquerque, Telma Ferraz Leal. – Belo horizonte: Autentica, 2005. 120p.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de Professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação.**/ Bernadete A. Gatti - 2ª edição – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2002

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? . Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Maio-Ago 2006, Vol.22 n.2, PP. 201-210. Universidade Brasília.

LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Art. 62: Formação de Professores. Lei nº: 9.394/96. Editora Brasil S/A.

LELIS, Isabel Alice Osvaldo Monteiro. **A Formação da Professora Primária da denuncia ao anuncio.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à escola de Educação.** / Manoel Bergström Lourenço Filho, organização: Ruy Lourenço Filho – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas,** São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho de gestor escolar.** Rio de Janeiro, DP&A, 4ª edição 2000

MARTINS, Joel. **A pesquisa qualitativa.** In: FAZENDA, Ivani (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. 3. ed. São Paulo:Cortez, 1994.

NASCIMENTO, M. das G. **A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática.** Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. Caderno Temático,Belo Horizonte, n. 5, jun., 2000.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo I - Políticas Públicas para a Educação/ Secretaria de Educação.** – Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012. 57 f. : il. Programa de Formação de Gestor Escolar – PROGEPE.

_____.Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaltemMenuConteudo=5912>, acesso em 17 jan. 2013.

_____. Secretaria de Educação do Estado. **Instrução Normativa 09/2011 SEDE/GENE.** Fixa Normas para a Operacionalização do Curso Normal em Nível Médio em Escolas do Sistema Estadual de Ensino

_____. Secretaria de Educação do Estado. **Orientações Teóricas Metodológicas – Normal Médio.** Núcleo de Formação – Prática. 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. “**Didática como mediação na construção da identidade do professor: Uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura**”. In ANDRÉ, M.E.D.A. e OLIVEIRA, Maria R.N.S. (orgs.). Alternativa do ensino de didática. Campinas: Papirus, 1997.

_____. (org.). **Formação de Professores: Saberes da docência e identidade do professor**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. In: PIMENTA, S. G. Formação de Professores: Identidade e Saberes da docência. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 1999.

_____, 1943. **O Estágio na Formação de Professores: unidade, teoria e prática?** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002

Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. **Institui o Programa Ensino Médio Inovador**. (o modelo do Plano de Atendimento Global Consolidado). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15134&Itemid=1071. Acesso em 10 set. 2013

REGO, Teresa Cristina e MELLO, Guiomar N. **Formação de professores na América Latina e Caribe: a busca por inovação e eficiência**. Brasília: UNESCO/MEC/BID, 2002.

SACRISTÁN J. G. PÉREZ GÓMEZAI. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTIAGO, Maria Eliete. **Escola pública de 1º grau: da compreensão à intervenção**./ Maria Eliete Santiago. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO. Disponível em : <http://www.saepe.caedufjf.net/>. acesso em 03 abril 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELO CURSO NORMAL MÉDIO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO.

Prezados técnicos, sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública e esta entrevista compõe uma pesquisa sobre o curso Normal em nível Médio de formação de professores no estado de Pernambuco, o qual foi implantado na rede estadual de ensino. Sua colaboração, participando da entrevista, será de grande relevância ao estudo pretendido.

Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo.

- 1) Você acredita que a formação de professores no Curso Normal Médio continuará a existir no Estado de Pernambuco? Por quê?
- 2) Existe demanda de alunos para o curso Normal Médio nas escolas que oferecem esse curso? Qual a origem dessa demanda?
- 3) Como a Secretaria de Educação acompanha o curso Normal Médio na rede estadual?
- 4) As escolas que ofertam o curso Normal em nível Médio cumprem as orientações para a elaboração e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso?
- 5) Você acredita que o currículo do Curso Normal Médio, implementado pela Instrução Normativa nº 02/2012, atende as expectativas ou possibilidades do curso?
- 6) Quais os impactos do investimento do MEC no curso Normal em nível médio, inserindo-o no PROEMI?
- 7) Você, enquanto técnico da Secretaria de Educação do Estado, tem participado de reuniões junto ao MEC sobre a formação de professores

no curso Normal? Qual a posição do MEC? E os demais estados como se posicionam em relação a esse tipo de formação de professores?

- 8) Ainda sobre o curso Normal médio, você teria alguma proposta sobre mudanças?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR DA REGIONAL.

Prezado Gestor, sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública e esta entrevista compõe uma pesquisa sobre o curso Normal em nível Médio de formação de professores no estado de Pernambuco, o qual foi implantado na rede estadual de ensino. Sua colaboração, participando da entrevista, será de grande relevância ao estudo pretendido.

Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo.

- 1) Existe dentro das escolas um profissional que acompanhe diretamente esse curso? Quais são as outras incumbências desse profissional?
- 2) Existe algum profissional na gerência que acompanhe e oriente os professores e a gestão escolar sobre o curso Normal? De que forma ocorre esse acompanhamento?
- 3) Que contribuições esse curso traz para a educação nos municípios jurisdicionados por esta gerência?
- 4) Você acredita que essa formação de professores em nível médio continuará nas propostas da Secretaria de Educação para as escolas? Por quê?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DA UNIDADE ESCOLAR.

Prezados gestores, sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública e esta entrevista compõe uma pesquisa sobre o curso Normal em nível Médio de formação de professores no estado de Pernambuco, o qual foi implantado na rede estadual de ensino. Sua colaboração, participando da entrevista, será de grande relevância ao estudo pretendido.

Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo

- 1) Para você, qual tem sido o maior desafio no curso Normal em nível Médio?

- 2) Como você vê a formação do professor no curso Normal Médio? O currículo do curso é adequado à realidade vivenciada?

- 3) Você acha importante a formação de professores no curso Normal médio para a rede estadual de ensino? Por quê?

- 4) Sua gestão tem priorizado esse curso? Por quê?

- 5) Em sua gestão, quem acompanha esse curso e é responsável pelo monitoramento dessa formação?

- 6) De que forma você, como gestor, tem acompanhado e contribuído com o Curso Normal Médio em sua escola?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO NORMAL MÉDIO.

Prezados técnicos, sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública e esta entrevista compõe uma pesquisa sobre o curso Normal em nível Médio de formação de professores no estado de Pernambuco, o qual foi implantado na rede estadual de ensino. Sua colaboração, participando da entrevista, será de grande relevância ao estudo pretendido.

Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo

- 1) Há quantos anos você atua no curso Normal Médio?
- 2) Qual a sua formação?
- 3) Você se identifica com o curso?
- 4) Para você, o curso Normal Médio tem contribuído para a melhoria da educação na região? De que forma?
- 5) Qual o papel do professor de prática pedagógica no curso Normal Médio?
- 6) De que forma a gestão escolar contribui no curso Normal Médio?
- 7) Existem fatores dificultadores para o bom andamento do curso Normal Médio? Quais?
- 8) Você considera válida a possibilidade de alunos que concluíram o ensino médio poderem se matricular no curso Normal Médio com aproveitamento de estudos? Por quê?